

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	19
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	90
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	92
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	95
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	97

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	117.800
Preferenciais	0
Total	117.800
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.081.277	1.786.462	302.085
1.01	Ativo Circulante	144.773	315.927	7.867
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	112.966	294.653	1.082
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	0	2.253
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	0	2.253
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.807	21.274	4.532
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	31.807	21.274	4.532
1.02	Ativo Não Circulante	1.936.504	1.470.535	294.218
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	3.768
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	3.768
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	0	3.768
1.02.02	Investimentos	1.933.137	1.467.837	289.709
1.02.02.01	Participações Societárias	1.933.137	1.467.837	289.709
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.478.205	1.467.837	289.709
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	454.932	0	0
1.02.03	Imobilizado	2.991	2.176	342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.991	2.176	342
1.02.04	Intangível	376	522	399
1.02.04.01	Intangíveis	376	522	399

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.081.277	1.786.462	302.085
2.01	Passivo Circulante	15.720	26.286	6.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.496	9.076	2.922
2.01.01.01	Obrigações Sociais	28	8.620	2.605
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.468	456	317
2.01.02	Fornecedores	776	2.224	175
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	776	2.224	175
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	125	68
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	125	68
2.01.05	Outras Obrigações	6.448	10.684	3.313
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.437	0	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	5.437	0	0
2.01.05.02	Outros	1.011	10.684	3.313
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	10.684	0
2.01.06	Provisões	0	4.177	73
2.01.06.02	Outras Provisões	0	4.177	73
2.02	Passivo Não Circulante	253.595	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	253.595	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	253.595	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	253.595	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.811.962	1.760.176	295.534
2.03.01	Capital Social Realizado	1.754.463	1.754.463	265.296
2.03.02	Reservas de Capital	12.753	2.853	32.191
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	19.926	19.926	19.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	0	3.768
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	15.995	15.995	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.900	0	10.851
2.03.04	Reservas de Lucros	140.479	98.593	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.04.01	Reserva Legal	7.015	4.921	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	108.110	78.266	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	25.354	15.406	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-1.953
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-95.733	-95.733	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	29.655	90.773	9.693
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.632	-17.740	-5.129
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	54	62.257	141
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	52.233	46.256	14.681
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.655	90.773	9.693
3.06	Resultado Financeiro	12.259	9.606	39
3.06.01	Receitas Financeiras	17.638	10.796	380
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.379	-1.190	-341
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.914	100.379	9.732
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.886	100.379	9.732
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.886	100.379	9.732

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	41.886	100.379	9.732
4.03	Resultado Abrangente do Período	41.886	100.379	9.732

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.150	1.868	3.224
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.941	-1.380	-4.347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	774	-1.335	6.146
6.01.03	Outros	31.317	4.583	1.425
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-438.029	-216.121	-4.454
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	240.192	507.824	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-181.687	293.571	-1.230
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	294.653	1.082	2.312
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	112.966	294.653	1.082

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.754.463	2.853	98.593	0	-95.733	1.760.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.754.463	2.853	98.593	0	-95.733	1.760.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.900	0	0	0	9.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	41.886	0	41.886
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.886	0	41.886
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.886	-41.886	0	0
5.07	Saldos Finais	1.754.463	12.753	140.479	0	-95.733	1.811.962

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.489.167	-29.338	0	10.851	-95.733	1.374.947
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-10.851	0	10.851	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	100.379	0	100.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	100.379	0	100.379
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	98.593	-109.277	0	-10.684
5.07	Saldos Finais	1.754.463	2.853	98.593	0	-95.733	1.760.176

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.521	0	0	0	-4.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.732	0	9.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	9.732	0	9.732
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	0	161	160
7.01.02	Outras Receitas	0	161	160
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.727	60.272	-916
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-2	47
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.721	59.784	-963
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-8.006	490	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.727	60.433	-756
7.04	Retenções	-256	-5.633	-604
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-256	-5.633	-604
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.983	54.800	-1.360
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	78.738	57.052	15.048
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	60.239	46.256	14.681
7.06.02	Receitas Financeiras	18.499	10.796	367
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.755	111.852	13.688
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.755	111.852	13.688
7.08.01	Pessoal	14.229	6.564	1.571
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.263	3.836	1.935
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.377	1.073	450
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	41.886	100.379	9.732

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	4.105.194	3.905.772	773.607
1.01	Ativo Circulante	424.474	596.767	101.973
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.388	350.887	38.188
1.01.03	Contas a Receber	179.014	210.554	48.828
1.01.03.01	Clientes	179.014	209.715	47.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	839	1.336
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	14.150	9.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	14.150	9.153
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	50.072	21.176	5.804
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	50.072	21.176	5.804
1.02	Ativo Não Circulante	3.680.720	3.309.005	671.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	104.221	84.204	33.998
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	95.964	82.514	25.120
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	95.964	82.514	25.120
1.02.01.04	Contas a Receber	6.917	341	594
1.02.01.04.01	Clientes	6.917	341	594
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	3.768
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	3.768
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.340	1.349	4.516
1.02.02	Investimentos	490.142	29.286	33.164
1.02.02.01	Participações Societárias	490.142	29.286	33.164
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	35.210	29.286	33.164
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	454.932	0	0
1.02.03	Imobilizado	2.648.212	2.735.290	584.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.648.212	2.735.290	584.777
1.02.04	Intangível	438.145	460.225	19.695
1.02.04.01	Intangíveis	438.145	460.225	19.695

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	4.105.194	3.905.772	773.607
2.01	Passivo Circulante	211.559	319.101	101.426
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.039	14.799	3.352
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.824	757	2.968
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.215	14.042	384
2.01.02	Fornecedores	67.010	95.173	27.478
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	67.010	95.173	27.478
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	10.150	2.186
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	10.150	2.186
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	6.930	1.306
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	107.868	135.480	34.352
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	86.249	103.262	34.352
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	86.249	103.262	34.352
2.01.04.02	Debêntures	21.619	32.218	0
2.01.05	Outras Obrigações	14.642	63.499	8.889
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.896	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.896	0	0
2.01.05.02	Outros	4.746	63.499	8.889
2.01.06	Provisões	0	0	25.169
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	25.169
2.02	Passivo Não Circulante	2.038.097	1.776.155	302.434
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.001.142	1.747.249	281.955
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.787.420	1.523.057	281.955
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.787.420	0	281.955
2.02.01.02	Debêntures	213.722	224.192	0
2.02.02	Outras Obrigações	3.184	0	0
2.02.02.02	Outros	3.184	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	20.907	12.064	8.542

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.907	12.064	8.542
2.02.04	Provisões	12.864	16.842	11.937
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1.227	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	1.227	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12.864	15.615	11.937
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.855.538	1.810.516	369.747
2.03.01	Capital Social Realizado	1.754.463	1.754.463	265.296
2.03.02	Reservas de Capital	12.753	2.853	32.191
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	19.926	19.926	19.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	0	3.768
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	15.995	15.995	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.900	0	10.851
2.03.04	Reservas de Lucros	140.479	98.593	0
2.03.04.01	Reserva Legal	7.015	4.921	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	108.110	78.266	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	25.354	15.406	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-1.953
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-95.733	-95.733	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	43.576	50.340	74.213

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	742.023	546.114	194.982
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-441.737	-345.328	-117.356
3.03	Resultado Bruto	300.286	200.786	77.626
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.411	31.916	-6.813
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.413	-33.808	-12.421
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.892	62.193	-18
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.110	3.531	5.626
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	272.875	232.702	70.813
3.06	Resultado Financeiro	-197.392	-100.822	-35.696
3.06.01	Receitas Financeiras	26.874	18.380	7.355
3.06.02	Despesas Financeiras	-224.266	-119.202	-43.051
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	75.483	131.880	35.117
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.452	-18.764	-8.516
3.08.01	Corrente	-1.969	-18.764	-8.516
3.08.02	Diferido	-23.483	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.031	113.116	26.601
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	50.031	113.116	26.601
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	41.886	100.379	9.732
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.145	12.737	16.869

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	50.031	113.116	26.601
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	50.031	113.116	26.601
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	41.886	100.379	9.732
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.145	12.737	16.869

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	163.255	74.860	62.058
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	351.150	214.907	88.778
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.589	-67.572	3.429
6.01.03	Outros	-153.306	-72.475	-30.149
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-454.726	-338.445	682
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	135.972	576.284	-51.982
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-155.499	312.699	10.758
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	350.887	38.188	27.430
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.388	350.887	38.188

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.754.463	2.853	98.593	0	-95.733	1.760.176	50.340	1.810.516
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.754.463	2.853	98.593	0	-95.733	1.760.176	50.340	1.810.516
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.900	0	0	0	9.900	-14.909	-5.009
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-7.424	-7.424
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	41.886	0	41.886	8.145	50.031
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.886	0	41.886	8.145	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.886	-41.886	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.754.463	12.753	140.479	0	-95.733	1.811.962	43.576	1.855.538

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534	74.213	369.747
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534	74.213	369.747
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.489.167	-29.338	0	10.851	-95.733	1.374.947	-36.610	1.338.337
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-10.851	0	10.851	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	100.379	0	100.379	12.737	113.116
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	100.379	0	100.379	12.737	113.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	98.593	-109.277	0	-10.684	0	-10.684
5.07	Saldos Finais	1.754.463	2.853	98.593	0	-95.733	1.760.176	50.340	1.810.516

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323	78.359	368.682
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	36.712	0	-11.685	0	290.323	78.359	368.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.521	0	0	0	-4.521	-21.015	-25.536
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.732	0	9.732	16.869	26.601
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.732	0	9.732	16.869	26.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534	74.213	369.747

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	797.475	593.845	209.505
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	797.416	593.348	209.008
7.01.02	Outras Receitas	59	497	497
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-354.781	-255.589	-94.138
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-324.300	-304.989	-90.925
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.335	48.973	-3.050
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	7.179	427	-163
7.02.04	Outros	4.675	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	442.694	338.256	115.367
7.04	Retenções	-120.316	-59.641	-29.533
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-120.316	-59.641	-29.533
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	322.378	278.615	85.834
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.003	21.852	12.968
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.110	3.531	5.626
7.06.02	Receitas Financeiras	27.893	18.321	7.342
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	359.381	300.467	98.802
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	359.381	300.467	98.802
7.08.01	Pessoal	28.319	14.991	5.167
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.159	53.469	23.911
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	223.872	118.891	43.123
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.031	113.116	26.601

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

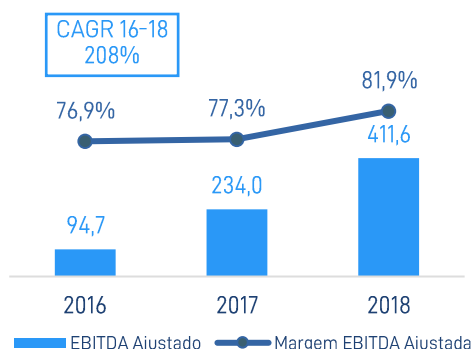
Senhoras e senhores acionistas, a Administração da Omega Geração S.A. ("Omega" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2018 e 2017, em conformidade com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanham este documento os relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28.12.1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Omega, da CVM e da B3, sendo ainda publicado em mídia impressa na cidade e no estado onde está localizada a sede da Companhia – Belo Horizonte (MG) – de acordo com a legislação brasileira.

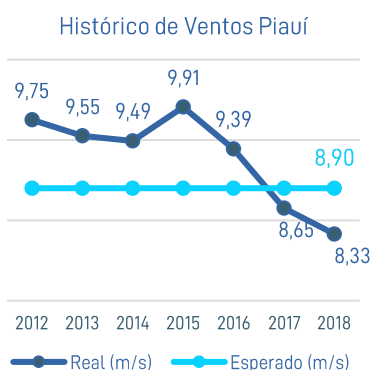
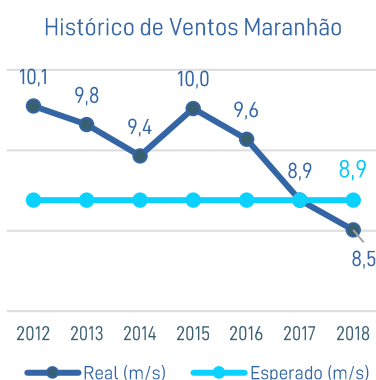
Mensagem da Administração

EBITDA ajustado de R\$411,6 milhões e crescimento da capacidade contratada de 669 MW (+140%) são fortes sinais de nossa robustez operacional e vocação para o crescimento

Tivemos produção recorde novamente atingindo 2.103,5 GWh, fechando 2018 com EBITDA ajustado de R\$ 411,6 milhões, 76% superior ao de 2017, e margem EBITDA ajustada de 81,9%. O EBITDA ajustado superou as projeções de mercado, que em média apontavam para R\$ 374 milhões¹ no ano. Esse bom resultado operacional, que confirma a consistência de nossos ativos e previsibilidade de nossa geração de lucro bruto, é apenas um dentre muitos fatores que nos fazem continuar animados com o desempenho da Companhia. Destaco abaixo alguns dos mais importantes fatores que ajudam a ampliar o entendimento sobre nosso portfólio, negócio e oportunidades, concatenando-os com exemplos concretos de 2018:



- 1. Produção e previsibilidade.** Paradoxalmente, tivemos um ano de recurso eólico abaixo do esperado, mas conseguimos novamente demonstrar nossa capacidade de entregar resultados econômicos em linha com nosso plano de negócios. Em 2018 nossos ativos eólicos do Piauí e Maranhão foram impactados pela limitação de recursos naturais decorrente do fenômeno *La Niña*, que causou velocidade média do vento abaixo das médias históricas em todo o Nordeste (8,4 m/s observado vs 8,9 m/s esperado²). Fevereiro e dezembro apresentaram a pior incidência eólica dos últimos 40 anos nos projetos Delta, 4 outros meses



ficaram abaixo da média histórica de incidência e os demais meses próximos da média. Contudo, é muito importante observar que (i) mesmo tendo experimentado o pior ano em termos de recursos desde que chegamos na região dos projetos Delta, nossa produção anual de 2.103,5 GWh foi apenas 8,9% abaixo do que projetávamos para 2018, sendo que alguns de nossos projetos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

eólicos no Piauí e Maranhão continuaram figurando no *ranking* dos 10 maiores fatores de capacidade do Brasil no ano e (ii) entregamos EBITDA ajustado e margem EBITDA muito sólidos apesar do menor recurso natural e da disponibilidade total do portfólio ainda inferior àquela que julgamos ser a de equilíbrio (94% realizado vs 96% alvo). Adicionalmente, diversificamos nosso portfólio com as novas aquisições, o que causará redução da incerteza anual de produção via adição de capacidade solar em Minas Gerais e eólica na Bahia (após a conclusão da aquisição do Complexo Assuruá), ambas com regimes meteorológicos distintos de nossas regiões atuais. Por fim, a dimensão do hiato de produção em um ano em que nossa principal região sofreu os efeitos de condições climáticas bastante adversas em relação à média histórica confirma nossas análises apontando que a incerteza de geração de nosso portfólio é baixa e que a diversificação (em 2018 ainda tímida versus portfólio contratado) contribui para a alta previsibilidade de produção e de resultados operacionais da Omega Geração. Com isso, não só podemos afirmar que desde o IPO em Julho de 2017 a Companhia obteve resultados econômicos acima das expectativas, como também continuamos com ótimas perspectivas em relação ao nosso desempenho econômico futuro com provável (i) aumento de volume de produção nos Deltas a partir da reversão dos efeitos climáticos observados desde 2017, (ii) menor volatilidade de produção anual pela maior diversificação do portfólio contratado, (iii) aumento da disponibilidade, (iv) manutenção de margens de lucro bruto de energia, uma vez que a contratação média³ do nosso portfólio é de 15,1 anos e (v) efficientização de custos pelas iniciativas de melhoria contínua e benefícios dos ganhos de escala.

2. **Nova escala consolidando a plataforma.** Desde o IPO em julho de 2017, multiplicamos por 4,5 nossa capacidade instalada contratada atingindo 140% de crescimento só em 2018, o que deverá levar a substancial crescimento de receitas em 2019, quando todos os ativos adquiridos estiverem incorporados e integrados à Omega Geração. Adquirimos ativos com excelentes características técnicas, recursos sólidos e complementares ao nosso portfólio. Além de somar 669 MW de capacidade contratada ao portfólio em 2018 que nos levam a 1.145 MW, as aquisições concluídas de Pirapora (160,5⁴ MW), Delta 5 (54 MW), Delta 6 (54 MW) e as anunciadas de Assuruá (303 MW), Delta 7 (62,1 MW) e Delta 8 (35,1 MW) confirmam a capacidade da Companhia de gerar novos negócios que vão, trimestre após trimestre, a consolidando como plataforma de referência em investimentos de geração renovável no país. Além disso, as transações demonstram a existência de oportunidades de mercado para aquelas empresas que tenham capacidade executiva e profundo conhecimento técnico e setorial, dando indícios positivos para a manutenção de forte crescimento nos próximos anos. Continuamos ativamente prospectando novas transações e especialmente entusiasmados com as perspectivas relacionadas a nossos acordos de preferência para aquisição de projetos desenvolvidos pelos desenvolvedores parceiros Omega Desenvolvimento e FIP-IEER. Concomitantemente à compra de Assuruá, firmamos com o FIP-IEER um acordo de primeira oferta similar aquele vigente com a Omega Desenvolvimento, que nos dá acesso a um portfólio eólico e solar de aproximadamente 2.000 MW na mesma região da Bahia em que os projetos adquiridos estão localizados, o que viabilizará ganhos de escala e gestão que replicam o bem-sucedido caso do complexo Delta. Com esse novo acordo de preferência firmado, consolidamos nosso modelo de parceria com dois desenvolvedores de projetos de alta qualidade e atingimos um portfólio preferencial total de até 3.800 MW, o que é um vetor de crescimento potencial valiosíssimo dada nossa crença de que mais de dois terços da nova capacidade de geração brasileira virá de fontes renováveis nos próximos 10 anos. Como referência, em 2018 as fontes renováveis foram responsáveis por 95% da expansão da capacidade instalada de geração do país⁵.

Atingimos 3.800 MW em capacidade potencial preferencial, forte vetor de crescimento futuro

3. **Alocação e estrutura de capital.** Sendo fiéis aos princípios que nos trouxeram até aqui, mantivemos o rigor na alocação de capital e viabilizamos retornos acima de nosso alvo nas aquisições feitas ao longo do ano, especialmente por termos encontrado sinergias e oportunidades de otimizar os planos de negócios dos ativos adquiridos. Adicionalmente aos bons retornos no nível dos ativos, as transações nos ajudaram a viabilizar otimização de nossa estrutura de capital, representada por nova linha de financiamento de até 8 anos para financiar as aquisições que reduzirá nosso WACC consolidado sensivelmente.
4. **100% Renovável - compromisso com a sustentabilidade.** A Companhia credita seu sucesso também a uma genuína preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades circunvizinhas. Somos uma geradora 100% renovável e em 2018 a energia limpa produzida pela Companhia evitou que 155,7

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mil toneladas de CO₂⁶ fossem emitidas. Adicionalmente à grande valia de nossas atividades para o meio ambiente, temos o compromisso de sermos um agente promotor do desenvolvimento sustentável. Apenas nos últimos três anos, a Omega concluiu 11 projetos voluntários para desenvolver as regiões dos complexos Delta Piauí e Delta Maranhão, focando em iniciativas para a educação e aumento de renda da população local.

Já vemos sinais de retomada da atividade desde meados de 2018 e a energia limpa, barata e rapidamente disponível é insumo chave para a retomada do crescimento nos próximos trimestres. Estamos totalmente preparados para atender nossos clientes nessas 3 dimensões e capturar grande participação na expansão da capacidade instalada brasileira.

Ao longo dos próximos meses, liderados por nossa nova diretora financeira e RI, aumentaremos nossos esforços de divulgação da Companhia, seus atributos, conquistas e plano de negócios junto à comunidade de investidores, continuando a construção de uma base global que continue a nos apoiar nos novos ciclos de crescimento.

Tenho certeza de que nossas entregas de 2018 são mais um importante passo para expandirmos o nível de confiança dos *stakeholders* principais na Companhia, e no que ela pode criar de valor. Essa crescente confiança aliada à nossa capacidade de realização são os ingredientes essenciais para consolidarmos a Omega como empresa brasileira de referência na geração de energia renovável.



Antonio Augusto T. de Bastos Filho
Diretor Presidente

¹ Média simples das estimativas de EBITDA de Itaú BBA, BOFA Merrill Lynch, Santander, Credit Suisse, BTG Pactual e Bradesco BBI

² Vento no Nordeste. Fonte: MERRA (*Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2*)

³ Prazo médio ponderado de contratação do portfólio operacional. Considera a participação de 50% em Pirapora.

⁴ Considera a participação de 50% que a Omega detém no Complexo.

⁵ Fonte: Banco de Informações de Geração Aneel – 15/03/2019

⁶ Fator de emissão em 2018 de acordo com MCTIC
(http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com EBITDA Ajustado¹ de R\$ 411,6 milhões, crescimento de 140% e 155,7 mil toneladas de carbono evitadas, Omega anuncia os resultados de 2018

Belo Horizonte, Brasil – 21 de março de 2019 – A Omega Geração S.A. ("Omega" ou "Companhia") (Novo Mercado B3: OMGE3) anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2018 ("4T18") e do ano de 2018. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto se indicado de outra forma, são apresentadas em reais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional ("IFRS") e devem ser lidas em conjunto com as Informações Trimestrais ("ITR") arquivadas na CVM.

Destaques

- Nosso portfólio 100% renovável evitou que 155,7 mil toneladas de CO2 fossem emitidas em 2018 e o crescimento contratado do portfólio nos posicionará entre os maiores contribuidores na redução de emissão de gases na produção de eletricidade no Brasil;
- Capacidade instalada contratada atingiu 1.144,9 MW em dezembro de 2018. Incremento de 668,7 MW versus 2017 representa crescimento anual de 140% e é resultante das seguintes transações:
 - **Conclusão da aquisição do Complexo Pirapora:** no dia 07 de dezembro foi anunciada a conclusão da aquisição de 50% do capital das empresas que compõem o Complexo Solar Pirapora. O valor final da transação foi de R\$ 1.100 milhões, sendo R\$ 456 milhões pagos em dinheiro na data do fechamento e R\$ 644 milhões em assunção de endividamento;
 - **Aprovação do Acordo de Transferência de Delta 7 e Delta 8:** no dia 28 de dezembro, o Conselho de Administração aprovou a celebração de acordo para transferência dos ativos eólicos Delta 7 e Delta 8, com capacidade instalada de 62,1 MW e 35,1 MW respectivamente. A operação comercial, que é condição para a incorporação, é esperada para o final de 2019 ("Acordo de Transferência");
 - **Aquisição Complexo Assuruá:** no dia 31 de dezembro foi anunciado acordo para a aquisição das empresas que compõem o Complexo Eólico Assuruá, com capacidade instalada de 303 MW. Em paralelo à aquisição dos ativos operacionais, a Omega firmou acordo que garante a ela o direito de primeira oferta sobre mais de 2.000 MW de ativos eólicos e solares em desenvolvimento na mesma região, elevando para 3,8 GW o portfólio preferencial detido pela Companhia.
- Lucro bruto de energia ajustado de R\$ 173,9 milhões no trimestre, totalizando R\$ 502,8 milhões em 2018, 66% acima de 2017, apesar da incidência de vento abaixo da média histórica na região dos projetos Delta;
- EBITDA ajustado de R\$ 153,0 milhões no trimestre, 31% acima do trimestre anterior, totalizando R\$ 411,6 milhões no ano, 76% acima de 2017. Margem EBITDA ajustada recorde de 88,0% no trimestre e 81,9% em 2018, 4,6 pontos percentuais acima de 2017;
- Geração de energia de 698,9 mil MWh no trimestre, 7% abaixo do quarto trimestre de 2017, impactado principalmente pela incidência de recurso. No ano, a geração foi de 2.103 GWh, 58% acima de 2017.

Eventos Subsequentes

- **Conclusão da Incorporação de Delta 5 e Delta 6:** no dia 28 de fevereiro de 2019, a Omega Geração S.A. concluiu a incorporação de Delta 5 e Delta 6, emitindo 18.788.469 novas ações;
- **Primeira Emissão de Debêntures:** no dia 30 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a primeira emissão de debêntures da Omega Geração S.A. para financiar as aquisições anunciadas;
- **Nova Diretora Financeira e de Relações com Investidores:** no dia 30 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração elegeu a Srta. Andrea Sztajn para os cargos de Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores, os quais cumulará, para o restante do prazo de gestão atualmente em curso.

¹ Exclui itens não recorrentes e/ou itens que não provocam variações de caixa e considera a participação pro-rata das companhias não consolidadas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Principais Indicadores****CRESCIMENTO****Evolução da Capacidade Instalada (MW)****OPERACIONAIS E FINANCEIROS**

Principais Indicadores	Unidade	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
Capacidade Instalada (100% dos ativos operados) ¹	MW	636,7	476,2	34%	476,2	34%	636,7	476,2	34%
Capacidade Instalada (participação pro-rata) ²	MW	613,7	453,2	35%	453,2	35%	613,7	453,2	35%
Geração de Energia (participação pro-rata) ²	GWh	698,9	748,1	-7%	639,9	9%	2.103,5	1.329,6	58%
Receita Líquida	R\$ mm	206,5	256,8	-20%	167,8	23%	742,0	546,1	36%
Lucro Bruto de Energia Ajustado ³	R\$ mm	173,9	174,3	0%	139,6	25%	502,8	302,8	66%
Lucro Bruto de Energia Ajustado ³ /Geração	R\$/MWh	248,8	233,0	7%	218,1	14%	239,0	227,7	5%
EBITDA contábil	R\$ mm	138,9	201,8	-31%	115,3	20%	393,2	291,9	35%
EBITDA ajustado ⁴	R\$ mm	153,0	141,8	8%	116,5	31%	411,6	234,0	76%
Margem EBITDA ajustada ⁴	%	88,0%	81,4%	7 p.p.	83,4%	5 p.p.	81,9%	77,3%	5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	R\$ mm	59,0	115,2	-49%	28,4	108%	50,0	113,1	-56%
Saldo de Caixa	R\$ mm	291,4	433,4	-33%	737,1	-60%	291,4	433,4	-33%
Dívida Líquida	R\$ mm	1.817,7	1.449,3	25%	1.424,3	28%	1.817,7	1.449,3	25%
Prazo Médio da Dívida da Holding ⁵	Anos	5,95	-	n.a.	-	n.a.	5,95	-	n.a.

¹ Considera a participação de 50% da Omega no complexo Pirapora² Considera a participação de 50% de Pirapora, 65,5% em Gargaú e 33,4% em Pipoca³ Considera a participação pro-rata das companhias não consolidadas⁴ Exclui itens não recorrentes e/ou itens que não provocam variações de caixa e considera a participação pro-rata das companhias não consolidadas⁵ Prazo médio esperado para a linha de financiamento que será levantada para financiar as aquisições contratadas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perfil da Companhia

A Omega Geração, uma das empresas líderes em energia renovável no Brasil, é uma plataforma brasileira de investimentos em geração de energia dedicada exclusivamente a ativos operacionais renováveis.

Listada no Novo Mercado (*ticker*: OMGE3), segmento com as mais rigorosas práticas de governança corporativa da bolsa brasileira, a Companhia detém um portfólio com capacidade instalada de 744,7 MW¹ e após a conclusão das aquisições anunciadas deverá atingir 1.144,9 MW.

Nossa proposta de valor é orientada pela busca de retornos superiores com base em quatro pilares: (i) a consolidação de ativos renováveis de alta qualidade no Brasil, por meio de transações de M&A e incorporação de ativos de parceiros desenvolvedores; (ii) a operação de ativos renováveis nos mais altos padrões de eficiência, qualidade e sustentabilidade; (iii) o desenvolvimento contínuo de uma organização de alto desempenho, resolvidora de problemas complexos e capaz de criar valor tangível para todos seus *stakeholders*; e (iv) a rigorosa prática de sólidos valores e governança corporativa de referência.

¹ Em 28 de fevereiro de 2019

Estratégia de Crescimento

Nossa proposta de criação de valor baseia-se em um contínuo crescimento oriundo da aquisição de ativos renováveis operacionais de alta qualidade ganhando escala de forma contínua e perseguindo disciplinadamente o aumento de retornos, diversificação de riscos e redução de nosso custo de capital.

Entendemos que o setor de energia renovável brasileiro oferecerá muitas oportunidades de crescimento nos próximos anos e consideramos estar bem posicionados para continuar como um dos principais investidores em ativos de geração renovável do país em função de nosso vasto conhecimento técnico e setorial, bem como de nossa capacidade executiva que são simbolizados pelo desempenho diferenciado da Companhia desde nossa fundação.

Buscaremos aquisições com retornos acima de nosso custo de capital e que diversifiquem nossa base de ativos com eficácia. Focaremos em ativos eólicos, solares e hidrelétricos com alta qualidade técnica, longevidade operacional, contratos de venda de energia de longo prazo, escala adequada e custos de operação consistentes, proporcionando fluxos de caixa previsíveis e estáveis. Com isso, almejamos continuar oferecendo a nossos investidores a melhor equação de risco-retorno em nosso setor.

NOVOS ATIVOS

Em 2018, a Omega consolidou-se como uma das principais plataformas de investimento em ativos renováveis do Brasil. Durante o ano, a Companhia concluiu a aquisição de 50% do Complexo Pirapora que, somada à incorporação de Delta 5 e Delta 6 concluída em fevereiro/19 e à conclusão das aquisições do Complexo Assuruá e de Delta 7 e Delta 8, levará sua capacidade instalada para 1.144,9 MW, superando a capacidade instalada no IPO em julho de 2017 em 350%. Abaixo um resumo das transações realizadas durante o ano:

- **Complexo Pirapora:** Em 7 de dezembro, a Omega concluiu a aquisição de 50% das empresas que compõem o Complexo Pirapora, o maior site fotovoltaico em operação no Brasil, com 321 MW;



- O valor final da Transação (*Enterprise Value*) foi de R\$ 1.100 milhões, sendo R\$ 456 milhões pagos em dinheiro e R\$ 644 milhões em assunção de endividamento;
- A aquisição marca a entrada da Omega em energia solar com um ativo de baixo risco, grande qualidade técnica e alta escala.

- **Delta 7 e Delta 8:** Em 28 de dezembro, a Omega celebrou o acordo de transferência para aquisição dos ativos de geração de energia eólica denominados Delta 7 e Delta 8;



- Os complexos têm capacidade instalada de 62,1 MW e 35,1 MW, respectivamente e expectativa de entrada em operação no final de 2019;
- Esse é o terceiro acordo para aquisição celebrado com a Omega Desenvolvimento (após Delta 3, Delta 5 e Delta 6), ratificando a estratégia de crescimento via acordos com desenvolvedores parceiros, consolidando

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

a governança entre as empresas e expandindo o complexo eólico Delta Maranhão, que passará a contar com 426 MW instalados.

- **Complexo Assuruá:** Em 31 de dezembro, a Omega assinou um acordo vinculante para aquisição de 100% das empresas que compõem o Complexo Eólico Assuruá, no interior da Bahia junto ao FIP IEER - Fundo de Investimentos em Participações responsável pelos investimentos da CER – Companhia de Energias Renováveis;

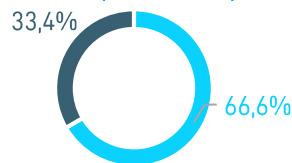


- O acordo assinado contempla também a formalização do direito de primeira oferta ("ROFO") para adquirir os projetos a serem desenvolvidos pelo FIP IEER na região;
- O valor total da transação (*enterprise value*) é de R\$ 1,9 bilhão;
- O Complexo Assuruá tem capacidade instalada de 303 MW e perfil de incidência eólica com complementaridade sazonal e diária ao portfólio eólico da Omega, diversificando nosso perfil de geração. Além disso, com o ROFO, a Omega passa a ter o direito de primeira oferta sobre mais de 2,0 GW de ativos eólicos e solares em desenvolvimento na região, criando uma nova avenida de crescimento para a empresa.

- **Delta 5 e Delta 6:** Em 28 de fevereiro de 2019 a Omega Geração S.A. concluiu a incorporação de Delta 5 e Delta 6, localizado no complexo Delta Maranhão;



Distribuição das Ações



■ Controle ■ Free Float

- Delta 5 e Delta 6 possuem capacidade instalada de 54 MW e 54 MW, respectivamente, e estão totalmente operacionais desde janeiro de 2019;
- A aquisição foi realizada integralmente em ações com a emissão de 18.788.469 novas ações na Companhia;
- Com a aquisição de Delta 5 e Delta 6 os controladores aumentaram sua participação das atuais 72.852.950 ações, correspondendo a 61,8% do total para 91.132.419 ações, correspondendo a 66,6% do total;
- A emissão de ações foi realizada a um preço 16%¹ acima do preço de mercado na data da incorporação, o que reforça a grande confiança dos acionistas na Companhia e em seu plano de negócios.

¹ A emissão foi realizada no dia 28/02/2019 considerando o valor econômico de Omega Geração de R\$ 23,08/ação, na mesma data o preço de fechamento ação na bolsa foi de R\$ 19,89/ação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DIREITOS DE PRIMEIRA OFERTA

A Omega detém direito de primeira oferta ("ROFO") sobre o pipeline da Omega Desenvolvimento, 1,8 GW de capacidade instalada, incluindo as expansões do complexo Delta.

Adicionalmente, com a conclusão da aquisição do Complexo Assuruá esperada para o segundo trimestre de 2019, a Companhia adquire o direito de primeira oferta sobre 2 GW de capacidade instalada nas expansões do complexo na Bahia detidas pelo FIP IEER.

Os direitos de primeira oferta são ferramentas importantes do plano estratégico da Companhia, já que permitem sua expansão em regiões geográficas conhecidas e com sinergias relevantes ao portfólio atual.

Acordos de Aquisição



	Ativo	Fonte	Capacidade Estimada (MW) ¹	Desenvolvedor
1	Delta MA		200	Omega Desenvolvimento
2	Solar		400	
3	Novos Deltas		1.200	
Portfólio			1.800	-
4	Assuruá Eólico		1.000	FIP IEER
5	Assuruá Solar		1.000	
Total			2.000	-

¹ Capacidade instalada estimada sujeita a variações ao longo do desenvolvimento

PORTFÓLIO DE ATIVOS¹

	Ativo	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Participação (%)	Garantia Física (MW)	Tipo Principal Contrato	Preço Médio (R\$/MWh) ²	% Garantia Física ACR
1	Pipoca		20,0	51%	11,9	ACL	286	n.a.
2	Indaiás		32,5	100%	22,4	ACL	188	n.a.
3	Gargaú		28,1	100%	7,7	Proinfa	437	100%
4	Serra das Agulhas		30,0	100%	12,9	A-5 2013	180	100%
5	Delta Piauí		144,8	100%	79,9	A-3 2011 A-5 2013 A-3 2015	169	81,5%
6	Delta Maranhão		328,8	100%	183,5	A-5 2013 LER 2015 A-6 2017	187	81,3%
7	Pirapora		160,5 ³	50%	42,6 ³	LER 2014 LER 2015	334	100%
Portfólio			744,7	-	-	-	-	-
	Ativo	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Participação (%)	Garantia Física (MW)	Tipo Principal Contrato	Preço Médio	% Garantia Física Contrato
8	Assuruá		303,0	100%	138,0	LER 2013 LER 2014	172,5	100%
9	Delta 7		62,1	100%	-	ACL	-	n.a.
10	Delta 8		35,1	100%	-	ACL	-	n.a.
Contratado			400,2	-	-	-	-	-
Total			1.144,9	-	-	-	-	-

¹ Portfólio de ativos em 28/02/2019. ² Preços na data-base dezembro/18, os quais são corrigidos anualmente pela inflação (IPCA ou IGP-M, dependendo do contrato). ³ Considera a participação de 50% da Omega no complexo.



Fonte Hídrica



Fonte Eólica

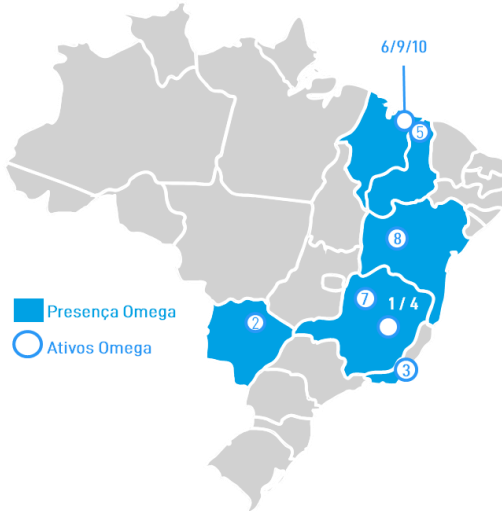


Fonte Solar

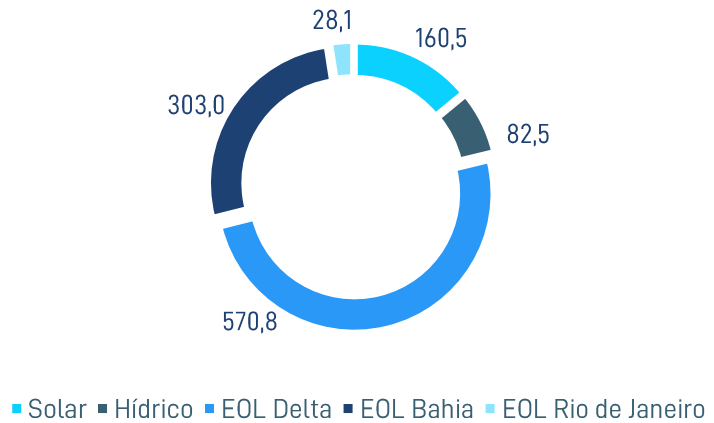
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na data de divulgação deste *release*, a Omega operava 34 empreendimentos, com capacidade instalada de 744,7 MW de energia renovável, localizados em 5 estados brasileiros: Maranhão, Piauí, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Até o final de 2019, novos ativos deverão ser adquiridos – Complexo eólico Assuruá (303 MW), Delta 7 (62,1MW) e Delta 8 (35,1 MW), levando a capacidade instalada da Companhia para 1.145 MW.

Presença Omega



Capacidade Instalada por Fonte (MW)



PORTFÓLIO DE RECURSOS

Em 2019 a Omega concluiu a aquisição de 50% das empresas que formam o Complexo Pirapora, complexo solar localizado no interior de Minas Gerais, e anunciou a aquisição das empresas que formam o Complexo Assuruá, complexo eólico localizado em Xique-Xique no interior da Bahia com incidência de ventos de serra, o que trouxe diversificação bem como a necessidade de entendermos novos regimes climáticos.

Sob um ângulo, nossos resultados de 2017 e 2018 confirmam nossa capacidade de entregar resultados alinhados com nosso plano a P50, dado que mesmo com recursos bastante abaixo da média histórica nossa produção total não sofreu tanto. Sob outro, a abordagem portfólio é aquela que continuaremos a utilizar pois temos confirmado o nosso modelo teórico indicando que a boa diversificação reduz a incerteza consolidada do portfólio. Ao longo de 2019 pretendemos conduzir estudos com terceiros consolidando a incerteza de nosso portfólio de forma a ter validação externa e detalhamento da incerteza dos ativos individuais e do portfólio.

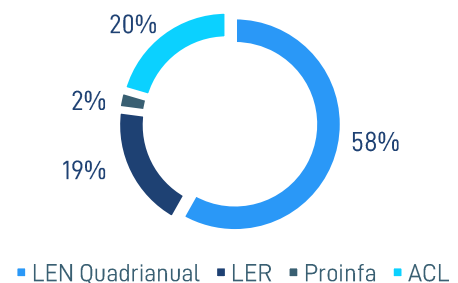
PORTFÓLIO DE CONTRATOS

O portfólio da Companhia é composto predominantemente por contratos de longo prazo, indexados à inflação e com contrapartes de alta qualidade de crédito.

Os contratos estão divididos em:

- (i) Leilão de energia nova ("LEN") de contratos de disponibilidade com banda quadrianual, que estabilizam o fluxo de caixa contra as variações mensais e anuais de geração;
- (ii) Leilão de energia de reserva ("LER") com banda quadrianual, cujos desvios de geração são liquidados no preço do contrato, eliminando a exposição a variações do preço spot; e
- (iii) Contratos Bilaterais ("ACL") com um volume reduzido, tem o objetivo de maximizar a receita e permitir otimizações de portfólio.

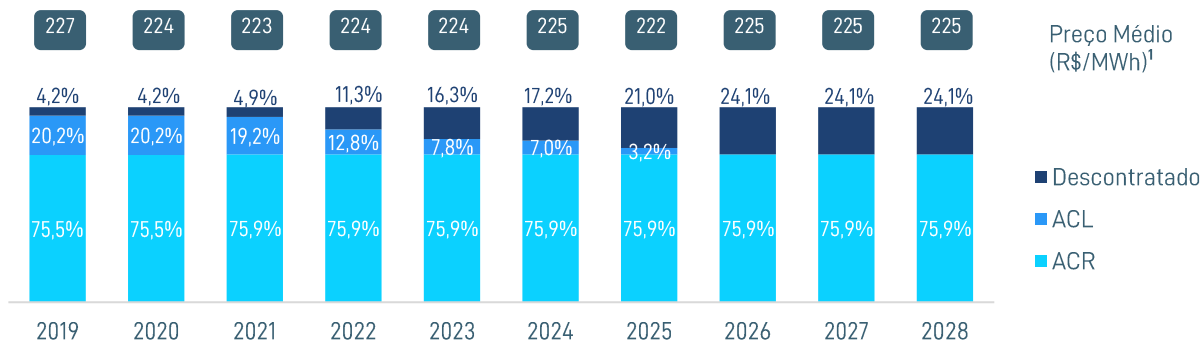
Distribuição da Garantia Física por Contrato¹



¹ incluindo portfólio operacional atual e contempla participação de 50% em Pirapora

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No curto prazo, entre os anos de 2019 a 2021, nossa produção encontra-se quase 100% contratada, e no longo prazo, temos mais de 75% de nossa produção assegurada contratada. De forma ponderada, o prazo de contratação médio do portfólio é de 15,1 anos.



¹preço médio ponderado da energia contratada no ACR e ACL, incluindo a participação de 50% em Pirapora e desconsiderando Assuruá. Preços na data-base dezembro/18, os quais são corrigidos anualmente pela inflação (IPCA ou IGP-M, dependendo do contrato).

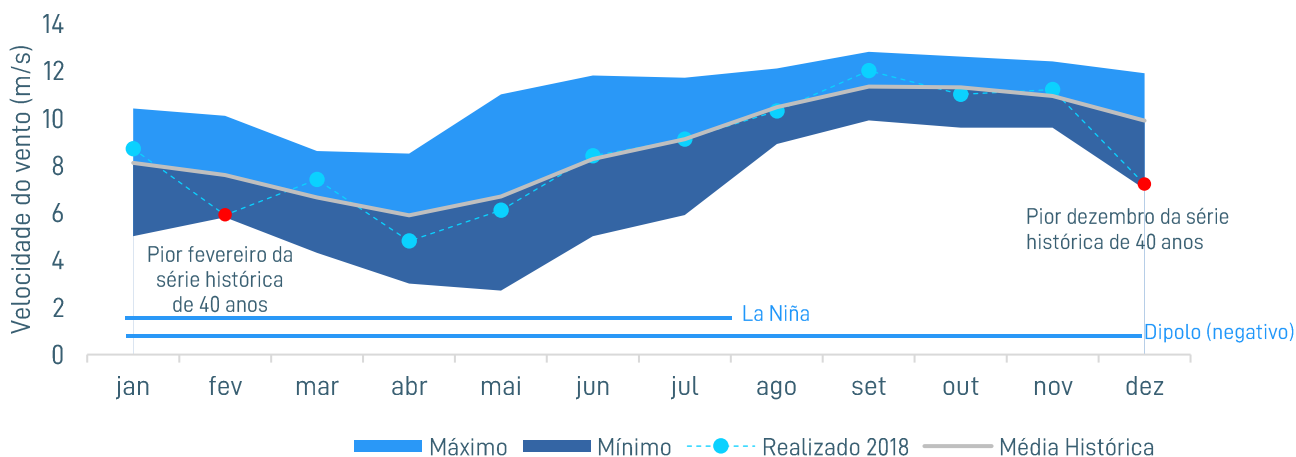
O perfil de longo prazo do portfólio e os mecanismos que diminuem o risco de geração periódica associado resultam em baixo desvio padrão e alta previsibilidade do fluxo de caixa gerado pela Companhia. Adicionalmente, vale ressaltar que sempre acreditamos no mercado livre tendo feito transações livres de longo prazo desde 2008. Acreditamos que há muito espaço para aumento desse mercado nos próximos anos e julgamos que contratos bem estruturados no livre aliados à nossa escala, permitem a gestão ativa de risco do portfólio de energia e contratos via diversas estratégias, oferecendo assim ótimo potencial para a criação de valor nos próximos anos.

Desempenho Operacional

RECURSO EÓLICO

O ano de 2018 foi marcado pela predominância de dois fenômenos meteorológicos desfavoráveis para incidência de vento no nordeste brasileiro, a La Niña e o Dipolo. O El Niño/La Niña é o aquecimento das águas do Pacífico durante o verão e outono que geralmente fortalecem ou enfraquecem os ventos no Nordeste. Já o Dipolo é a diferença de temperatura entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul que quando positivo está associado a tempo seco e ventos acima da média no Nordeste.

A presença do Dipolo negativo ao longo de todo o ano de 2018 e da La Niña durante o 1º semestre do ano, resultaram nos piores meses de fevereiro e dezembro na região do Complexo Delta, em uma série histórica de 40 anos, como pode ser visto no gráfico abaixo.

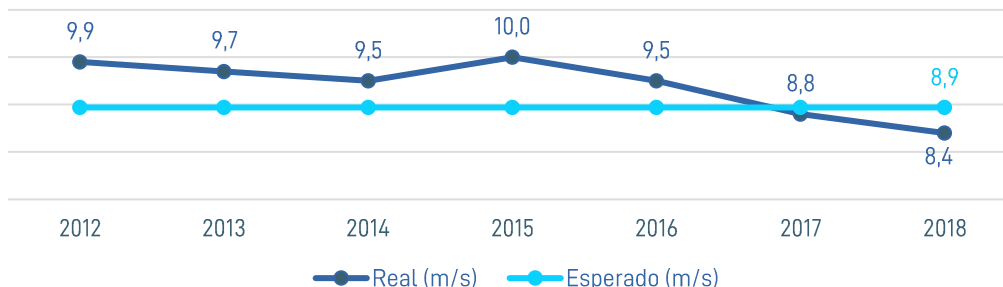


Fonte: MERRA (Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No histórico geral de 40 anos, o último trimestre de 2018 ocupou a 36ª posição em incidência de recurso, impactando diretamente nos resultados de geração observados no período. Em bases anuais a incidência de vento no Nordeste em 2018 foi 5,8% abaixo da média histórica e 4% abaixo de 2017.

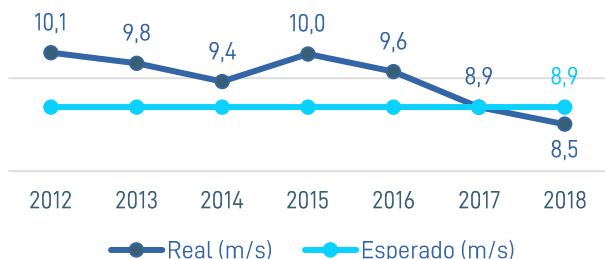
Histórico de Ventos no Nordeste



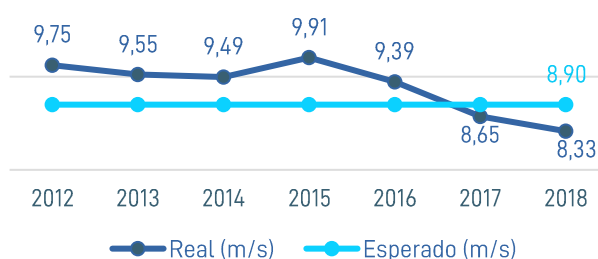
Fonte: MERRA (Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2)

Analizando a incidência de recurso dos complexos do Maranhão e do Piauí fica evidente o impacto dos fenômenos meteorológicos em 2018.

Histórico de Ventos Maranhão



Histórico de Ventos Piauí



Fonte: MERRA (Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2)

RECURSO HÍDRICO

Em 2018 observamos uma afluência nas bacias onde estão localizadas as nossas PCHs 0,62% acima da média histórica, com destaque para a bacia do Rio São Francisco onde está localizada a PCH Serra das Agulhas, com vazão média 6,4% acima do esperado.

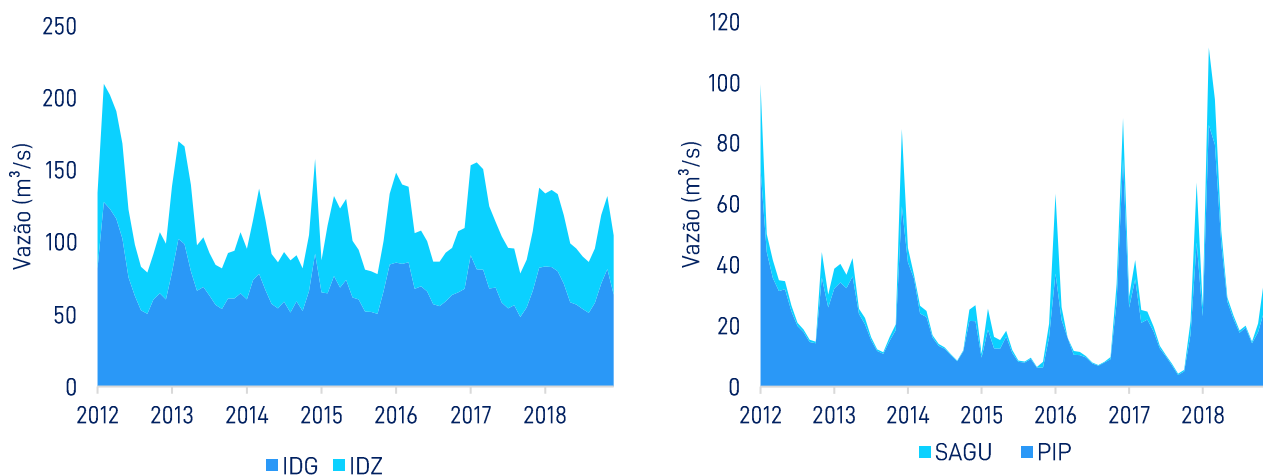
Na bacia do Rio Paraná, onde estão localizadas as PCHs Indaiá Grande e Indaiazinho, a vazão média foi 1,7% acima da média e na bacia do Rio Doce, onde se localiza a PCH Pipoca a vazão registrada foi levemente, 3,3%, abaixo do esperado.

Vazão (m³/s)	Indaia Grande	Indaiazinho	Pipoca	Serra das Agulhas
Média histórica (m³/s)	66,92	42,90	36,10	5,94
Média 2018 (m³/s)	67,55	44,41	34,93	6,34
Desvio da média (%)	0,95%	3,5%	-3,3%	6,4%

No geral, a vazão observada em 2018 foi a décima quarta em uma série de 39 anos para a PCH Indaiazinho, a décima quinta para as PCHs de Indaiá Grande e Serra das Agulhas e para a PCH Pipoca foi a décima oitava.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

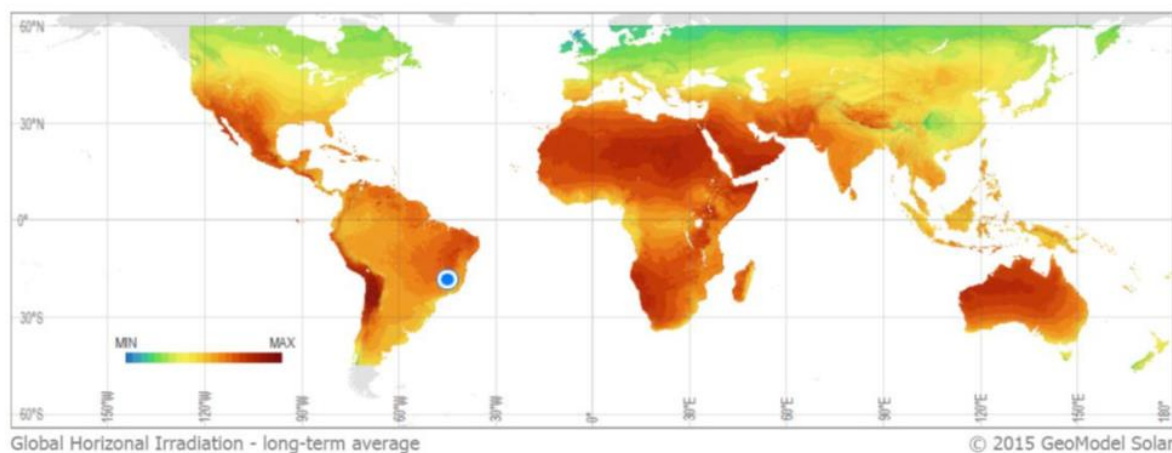
Em uma visão mais detalhada dos últimos 6 anos temos um comportamento mais homogêneo e previsível para a bacia do Rio Paraná e oscilações mais acentuadas para as bacias do Rio Doce e São Francisco.



RECURSO SOLAR

A aquisição do Complexo Pirapora marca a entrada da Omega Geração no segmento solar. A robustez técnica, o baixo desvio padrão de recurso e a pequena correlação com os demais ativos do nosso portfólio de ativos aumentam a diversificação do portfólio da Companhia.

A região de Pirapora em Minas Gerais, onde estão localizadas as usinas é reconhecida pela alta irradiação, conforme demonstrado no mapa abaixo:



O recurso solar na região, em oposição à matriz eólica da Companhia, apresenta um perfil pouco sazonal, já que a irradiação permanece quase constante durante todo o ano com um pequeno decaimento em períodos de inverno em comparação aos meses de verão.

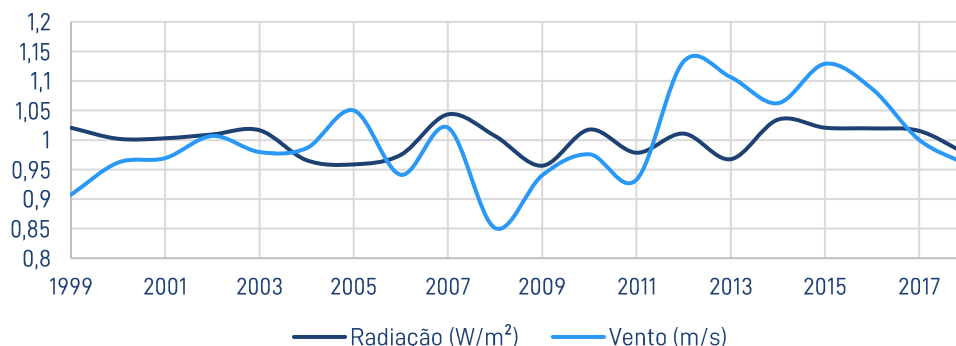


Fonte: Solargis

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O desvio padrão da incidência do recurso também é menor, podendo ser observado, inclusive, uma baixa correlação linear de 0,46 entre os recursos no Complexo Delta e em Pirapora entre os anos de 1999 e 2018, reforçando os benefícios de diversificação do ativo para o portfólio da Omega.

Anomalia de Recurso



Fonte: MERRA (*Modern-Era Retrospective analysis for research and Applications, Version 2*) e Solargis

Em 2018 a irradiação no Complexo Solar Pirapora foi equivalente a 98% do certificado.

Irradiação Pirapora em 2018



MERCADO DE ENERGIA

O ano de 2018, assim como 2017, apresentou PLD médio anual, submercado Sudeste, de R\$ 287,83/MWh, abaixo dos R\$ 323,04/MWh do ano anterior. Este nível de preço ainda reflete conjuntura hidrológica adversa: o ajuste do MRE (antigo GSF) foi de 81,6% em 2018 contra 79,4% de 2017.

Em função da precipitação muito acima da média nos meses de outubro e novembro, observamos queda relevante de preços no último trimestre, todavia insuficiente para uma recuperação substancial do nível dos reservatórios. A energia armazenada equivalente do Sistema Interligado Nacional terminou o ano em 32,3% do nível máximo.

PLD do Sudeste em R\$/MWh



Fonte: CCEE

Duas características positivas do portfólio da Companhia nos beneficiam com este cenário: (i) a concentração da safra eólica durante o período seco, que, historicamente, apresenta maiores preços de liquidação (PLD) e (ii) baixa exposição ao MRE, 6,5% da garantia física das PCHs operadas pela Omega - Usinas Indaia Grande e Indaiazinho - não

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

participam do MRE por possuírem geração potencial acima de suas energias asseguradas e recurso com baixa volatilidade de vazão, de modo que a exposição ao MRE representa 7,3% da garantia física do portfólio atual da Omega e passará para apenas 4,2% após a conclusão dos M&As contratados.

DISPONIBILIDADE DOS ATIVOS

Dado de que a safra eólica de nossos ativos inicia no 3º trimestre, realizamos grande parte das manutenções programadas durante o 1º semestre, de forma a atingir a máxima disponibilidade nos períodos de maior incidência de vento. Excepcionalmente em 2018, as intervenções programadas no parque Delta 3 foram realizadas em outubro em paralelo ao desligamento do complexo para incorporação dos parques de Delta 5 e Delta 6, otimizando o tempo total de parada de todo o Complexo Maranhão. Como resultado do desligamento de Delta 3, a disponibilidade no 4º trimestre de 2018 foi reduzida em 1,1 ponto percentual para 94,7% nos ativos eólicos e em 0,9 ponto percentual para 94,1% considerando todo o portfólio. Importante ressaltar que os efeitos econômicos causados pelo desligamento foram totalmente ressarcidos pela Omega Desenvolvimento.

Já começamos a observar os resultados derivados de nosso programa de melhoria contínua operacional, que levou a disponibilidade agregada dos complexos Delta 1, Delta 2 e Delta 3 no quarto trimestre a 1,2 pontos base acima dos 9 primeiros meses do ano totalizando 96% no trimestre e 95,1% no ano.

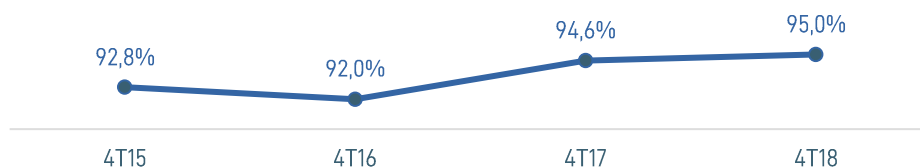
Já com relação aos ativos hídricos, a disponibilidade foi afetada pela parada completa de Serra das Agulhas em janeiro e fevereiro para realização de reparos estruturais no sistema de adução. Desconsiderando o evento, a disponibilidade das hídricas seria de 93,8%. Reparos foram cobertos por garantias técnicas junto aos fornecedores responsáveis pela implantação da PCH.

Disponibilidade (%) ¹	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
Ativos Hídricos	91,2%	93,6%	-2,4 p.p.	87,2%	4,0 p.p.	88,5%	95,0%	-6,5 p.p.
Ativos Eólicos	94,7%	94,8%	-0,1 p.p.	96,6%	-1,9 p.p.	94,8%	93,6%	1,2 p.p.
Ativos Eólicos Ajustado²	95,8%	94,8%	1,0 p.p.	96,6%	-0,8 p.p.	95,1%	93,6%	1,5 p.p.
Total Ajustado	95,0%	94,6%	0,4 p.p.	93,6%	1,3 p.p.	93,9%	94,2%	-0,25 p.p.

¹ incluindo paradas programadas ² sem incluir indisponibilidade para conexão de novos parques, 100% indenizadas

Em comparação ao mesmo período em anos anteriores, o 4º trimestre de 2018 apresentou resultado em função da qualidade das manutenções programadas e planejamento da execução destas manutenções:

Histórico de Disponibilidade para o último trimestre



É sempre válido lembrar que a disponibilidade que acompanhamos não sofre qualquer ajuste em função de manutenções programadas ou ausência de recursos. Nossa disponibilidade representa, essencialmente, o número de horas em que nossos ativos estiveram disponíveis para gerar no ano sobre o total de horas que esses ativos estariam disponíveis caso tivessem 100% de disponibilidade. Nossa meta para o portfólio 2018 era de 96%, portanto ficamos 2,1 p.p. abaixo da meta, todavia, os 95% do 4º trimestre (96% do portfólio eólico ajustado) são boa indicação para níveis de disponibilidade futura.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GERAÇÃO DE ENERGIA

Tivemos mais um ano com recorde de geração de 2.103 GWh produzidos em função do crescimento da capacidade anual total. Contudo, em 2018 a produção foi impactada pelo momento desfavorável do ciclo meteorológico na região Nordeste do Brasil, com ventos abaixo da média nos meses de abril, maio e outubro e com os piores meses de fevereiro e dezembro dos últimos 40 anos.

Em contrapartida, a geração hídrica no 4T18 cresceu 31% em relação ao mesmo trimestre de 2017 e superou em 30% o acumulado do ano anterior.

Em bases anuais, a melhor geração hídrica no ano bem como as incorporações de Delta 2 e Serra das Agulhas somente no 2º trimestre de 2017, Delta 3 somente no 4º trimestre de 2017 e Pirapora em dezembro de 2018 levaram a geração a crescer 58% em 2018 totalizando 2.103 GWh, produção anual recorde para a Companhia.

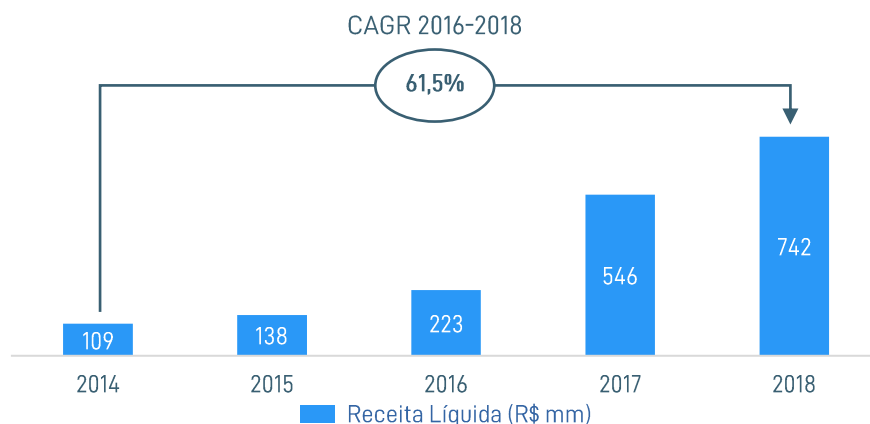
Geração (GWh)	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
Pipoca	22,4	15,0	49%	15,1	49%	98,9	57,3	73%
Indaiás	59,2	54,7	8%	45,1	31%	220,4	214,8	3%
Serra das Agulhas	31,9	16,9	88%	1,0	3057%	65,6	23,9	174%
Geração Hídrica	113,5	86,7	31%	61,2	86%	384,9	296,0	30%
Gargaú	18,6	23,1	-19%	12,4	50%	51,5	77,4	-33%
Delta 1	89,1	112,0	-20%	87,4	2%	250,3	268,7	-7%
Delta 2	124,1	143,9	-14%	122,4	1%	366,2	305,1	20%
Delta 3	320,3	382,4	-16%	356,5	-10%	1.017,4	382,4	166%
Geração Eólica	552,2	661,4	-17%	578,7	-5%	1.685,4	1.033,6	63%
Pirapora ¹	33,2	0,0	n.a.	0,0	n.a.	33,2	0,0	n.a.
Geração Solar	33,2	0,0	n.a.	0,0	n.a.	33,2	0,0	n.a.
Geração	698,9	748,1	-7%	639,9	9%	2.103,5	1.329,6	58%

¹ Geração de dezembro de 2018 da participação de 50% que a Omega detém no Complexo

Reforçamos que mesmo em um ano com incidência de vento bem abaixo da média histórica em Piauí e Maranhão como visto acima, nossa produção anual foi 8,9% abaixo do que contemplávamos para o ano (o que é superior a P90), sendo que algumas de nossas usinas continuaram figurando entre os 10 maiores fatores de capacidade do Brasil no ano. Ambos são bons indicadores em termos absolutos e mostram a resiliência da produção de nossos projetos Delta mesmo em momentos menos favoráveis do ciclo climático.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Desempenho Econômico-Financeiro****RECEITA LÍQUIDA**

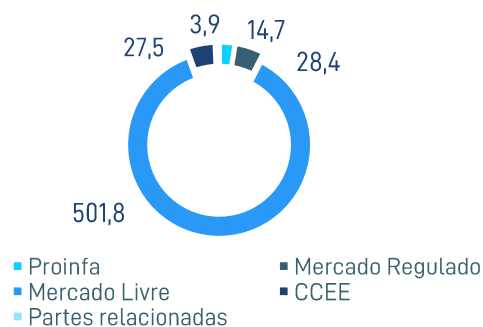
Desde 2014 a receita líquida anual da Companhia apresenta um expressivo crescimento, resultado da estratégia de consolidação e expansão da capacidade instalada.



No quarto trimestre de 2018, a receita líquida da companhia recuou 19,6% para R\$ 207 milhões ante R\$ 257 milhões para o mesmo trimestre de 2017, a redução é explicada por três fatores: (i) pela diminuição das transações de otimização e proteção do portfólio, (ii) pela geração abaixo daquela equivalente à média histórica de recursos no trimestre e (iii) pela contratação de Delta 3 (no último trimestre de 2017 o complexo liquidou parte relevante da energia gerada a preços altos de PLD e em 2018 a produção já estava vendida via contratos livres).

No ano a receita líquida da Companhia apresentou incremento de 36% em relação ao ano anterior, principalmente, pelo aumento da geração de energia no período e pela gestão do portfólio de energia, que elevaram o preço médio de venda ao longo do ano.

Receita Líquida (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	2018	2017	Var.
Proinfa	8,8	10,3	-14%	23,6	34,4	-31%
Mercado Regulado	10,6	0,1	n/a	38,9	0,2	n/a
Mercado Livre	194,7	172,1	13%	696,5	434,4	60%
CCEE	0,8	95,5	-99%	28,3	124,4	-77%
Partes Relacionadas	6,3	0,0	n/a	10,2	0,0	n/a
Impostos	-14,7	-21,2	-31%	-55,4	-47,2	17%
Total	206,5	256,8	-20%	742,0	546,1	36%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMPRA DE ENERGIA

As compras de energia de 2018 aumentaram em 6% em relação ao ano anterior. O crescimento vindo da expansão da base de ativos da Companhia foi parcialmente compensado pela queda decorrente da desconsolidação da Omega Comercializadora em julho de 2018, subsidiária responsável pelas operações de trading desvinculadas do portfólio da Companhia.

Compra de Energia (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	2018	2017	Var.
Compra de Energia	-64,6	-96,8	-33%	-298,1	-282,8	5%
Crédito de Pis e Cofins	8,8	12,6	-30%	29,3	30,1	-3%
Compra de Energia	-55,8	-84,3	-34%	-268,8	-252,7	6%

No último trimestre, ocorreu redução de 34% na compra de energia devido a desconsolidação da Omega Comercializadora e a menor quantidade de operações de otimização realizadas no período.

LUCRO DA VENDA DE ENERGIA

O lucro bruto de energia atingiu R\$ 502,8 milhões em 2018, um aumento de 66% em relação ao ano de 2017. O aumento foi devido, principalmente, ao ano completo de geração de Delta 3, Delta 2 e Serra das Agulhas, a aquisição de Pirapora e as otimizações de balanço energético realizadas.

No trimestre, o lucro bruto de venda de energia somou R\$ 173,9 milhões, em linha com mesmo trimestre de 2017, a menor geração no período foi compensada com a incorporação de Pirapora em dezembro.

Lucro Bruto da Venda de Energia (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
Receita Líquida	206,5	256,8	-20%	167,8	23%	742,0	546,1	36%
Compra de Energia	-55,8	-84,3	-34%	-29,4	90%	-268,8	-252,7	6%
Lucro Bruto de Energia	150,7	172,5	-13%	138,5	9%	473,2	293,4	61%
Lucro Bruto de Energia Não Controladas ¹	23,2	1,8	1176%	1,1	951%	29,6	9,4	214%
Lucro Bruto de Energia Ajustado	173,9	174,3	0%	139,6	25%	502,8	302,8	66%
Geração (MWh)	698,9	748,1	-7%	639,9	9%	2.103,5	1.329,6	58%
Lucro Bruto de Energia Ajustado / Geração	248,8	233,0	7%	218,1	14%	239,0	227,7	5%

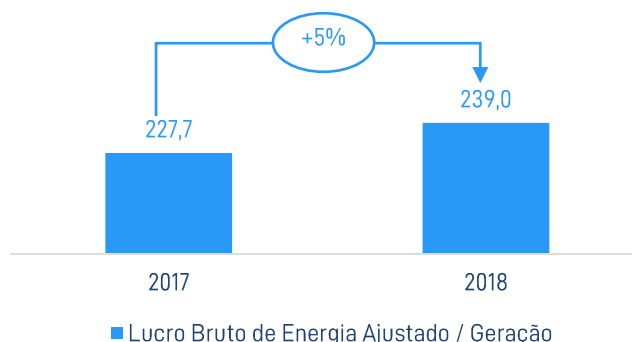
¹ Considera a participação pro-rata das não controladas, Pipoca, Omega Comercializadora e Pirapora

Apesar de um ano fortemente impactado pela incidência de recurso, otimizações e proteções realizadas no período, permitiram que a Companhia entregasse um bom desempenho financeiro em 2018.

Descontratamos 151 MW médios (58,7% do nosso portfólio) dos contratos regulados de Delta 1, Delta 2, Delta 3 e Serra das Agulhas. Esta parcela foi vendida no Mercado Livre por R\$ 53,6/MWh acima do preço dos contratos regulados, resultando em um incremento no lucro bruto de venda de energia de aproximadamente R\$ 64 milhões de reais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com as iniciativas de desconstratação do mercado regulado e otimizações do portfólio, conseguimos alcançar a marca do valor R\$ 239/ MWh referente ao Lucro Bruto dividido pela geração do período.

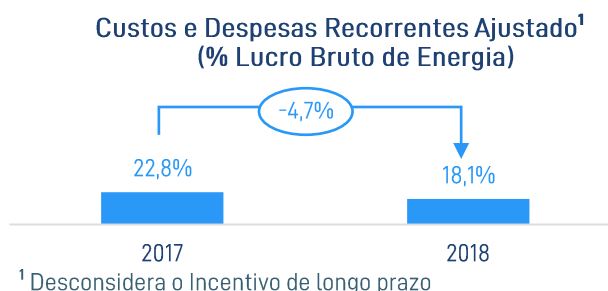


CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas (ex-depreciação) de 2018 somaram R\$ 93,0 milhões, contra R\$ 66,8 milhões em 2017, o que representa um incremento de 39% no período essencialmente em função do crescimento de capacidade.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
O&M	-9,9	-15,3	-35%	-10,5	-5%	-35,2	-28,5	24%
Encargos Regulatórios	-4,4	-4,8	-8%	-4,4	0%	-17,9	-11,2	60%
Despesas gerais e administrativas	-8,4	-12,2	-31%	-7,7	10%	-32,4	-27,1	20%
Incentivo de longo prazo	0,0	0,0	n.a.	-1,4	-100%	-7,5	0,0	n.a.
Custos e Despesas Recorrentes sem Depreciação	-22,8	-32,4	-30%	-24,0	-5%	-93,0	-66,8	39%
% Lucro Bruto de Energia	15,1%	18,8%	-3,7 p.p.	17,3%	-2,2 p.p.	19,7%	22,8%	-3,6 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	4,2	62,2	-93%	1,0	-195%	3,9	62,1	-94%
Total sem Depreciação	-18,6	29,8	-163%	-23,0	-19%	-89,1	-4,6	1847%
Depreciação e Amortização	-30,2	-26,3	15%	-30,1	0%	-120,3	-59,6	102%
Total	-48,9	3,4	-1523%	-53,1	-8%	-209,4	-64,2	226%

Quando analisamos os custos e as despesas recorrentes em relação ao lucro bruto de energia, observamos uma redução de 4,7 pontos percentuais em relação a 2017, conforme o gráfico ao lado.



Vale notar que o total de custos e despesas sem depreciação aumentou consideravelmente devido ao impacto do efeito contábil de ganho por compra vantajosa na aquisição de Delta 3 de R\$ 61,6 milhões em 2017, contabilizado em outras despesas e receitas operacionais.

EBITDA

Em linha com as práticas de empresas internacionais, a Companhia incluiu em seu EBITDA ajustado os resultados proporcionais de seus investimentos não consolidados, dado sua relevância, especialmente para capturarmos fidedignamente o resultado da nossa comercializadora e os 50% do Complexo Solar Pirapora que, com 160,5 MW de capacidade proprietária, tem grande relevância para nossos resultados. Acreditamos que o EBITDA ajustado é a melhor métrica para acompanharmos o desempenho operacional da Omega Geração.

Fechamos o ano de 2018 com EBITDA ajustado¹ de R\$ 411,6 milhões, 76% superior a 2017. No trimestre a Companhia registrou um EBITDA ajustado de R\$ 153,0 milhões, um aumento de 8% em relação ao trimestre anterior.

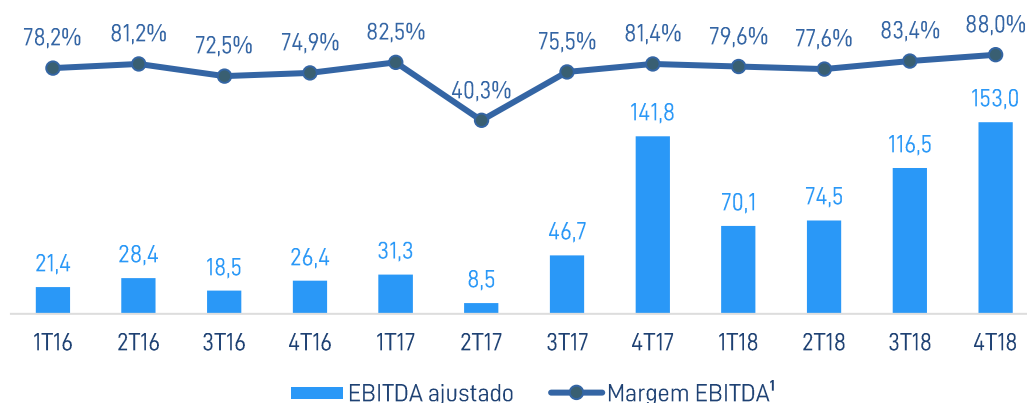
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
Lucro Bruto da Venda de Energia	150,7	172,5	-13%	138,5	9%	473,2	293,4	61%
Custos e despesas operacionais	-48,9	3,4	-1523%	-53,1	-8%	-209,4	-64,2	226%
Resultado Equivalência Patrimonial	6,8	0,0	n.a.	-0,2	n.a.	9,1	3,5	158%
Lucro Operacional (EBIT)	108,7	175,9	-38%	85,2	28%	272,9	232,7	17%
Depreciação	30,2	26,3	15%	30,1	0%	120,3	59,6	102%
EBITDA	138,9	202,3	-31%	115,3	20%	393,2	292,3	34%
Resultado Equivalência Patrimonial	-6,8	0,0	n.a.	0,2	n.a.	-9,1	-3,5	158%
EBITDA Não Consolidadas	20,9	1,7	1161%	-0,4	n.a.	20,1	7,3	-105%
Incentivo da Administração	0,0	0,0	n.a.	1,4	-100%	7,5	0,0	n.a.
Outras Receitas Operacionais	0,0	-62,1	-100%	0,0	n.a.	0,0	-62,1	-100%
EBITDA ajustado	153,0	141,8	8%	116,5	31%	411,6	234,0	76%
Lucro Bruto de Energia Ajustado	173,9	174,3	0%	139,6	25%	502,8	302,8	66%
Margem EBITDA ajustada²	88,0%	81,4%	6,6 p.p.	83,4%	4,5 p.p.	81,9%	77,3%	4,6 p.p.

¹ Exclui itens não recorrentes e/ou itens que não provocam variações de caixa e considera a participação pro-rata das companhias não consolidadas

² margem EBITDA ajustado sobre o lucro bruto da venda de energia

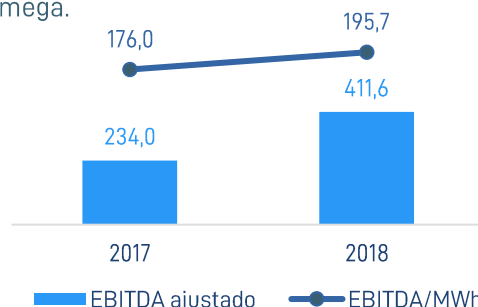
A margem EBITDA ajustada do trimestre atingiu 88,0%, nível recorde para um quarto trimestre, apesar da incidência de vento no período estar entre as piores dos últimos 40 anos.



¹ margem EBITDA ajustado sobre o lucro bruto da venda de energia

No acumulado do ano, a margem ajustada atingiu 81,9%, contra 77,3% em 2017, um incremento de 4,6 pontos percentuais. Considerando a geração observada, o EBITDA ajustado por MWh produzido cresceu 15,9% entre 2017 e 2018, denotando um importante ganho de escala e eficiência da Omega.

EBITDA por MWh	2017	2018
EBITDA Ajustado (R\$ mm)	234,0	411,6
Geração (kMWh)	1.330	2.103
EBITDA Ajustado/MWh	176,0	195,7



Em 2018 as principais contribuições para o EBITDA ajustado da Companhia foram os anos completos de geração de Delta 3, Delta 2 e Serra das Agulhas, totalizando uma variação positiva de R\$ 171,6 milhões. O desempenho melhor que esperado em Indaiás contribui positivamente com R\$ 12,5 milhões e o primeiro mês de Pirapora após a conclusão da aquisição com R\$ 9,7 milhões. O vento abaixo do esperado em Gargaú e a desconsolidação da OMC, contribuíram negativamente com R\$ 15,7 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA Ajustado por Ativo (R\$ mm)****RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro do ano de 2018 foi negativo em R\$ 193,6 milhões ante R\$ 88,5 milhões em 2017, um incremento de 119%. O aumento substancial do prejuízo financeiro é atribuído ao aumento das despesas financeiras, decorrentes da contabilização de Delta 3, Delta 2 e Serra das Agulhas durante os 12 meses do ano.

Resultado Financeiro (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.	2018	2017	Var.
Juros sobre Aplicações Financeiras	8,0	7,4	8%	6,7	19%	26,9	17,4	54%
Outros	0,0	0,3	-101%	0,0	-1,25	0,0	1,0	-99%
Receita Financeira	8,0	7,7	4%	6,7	19%	26,9	18,4	46%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-47,1	-42,9	10%	-45,5	3%	-180,6	-87,9	105%
Outros	-5,9	-6,3	-7%	-8,0	-27%	-39,8	-19,0	110%
Despesas Financeiras	-52,9	-49,1	8%	-53,5	-1%	-220,4	-106,9	106%
Resultado Financeiro Líquido	-44,9	-41,4	8%	-46,8	-4%	-193,6	-88,5	119%

Pelo mesmo motivo explicado acima, em 2018 o índice resultado financeiro líquido por dívida bruta apresentou um aumento de 4,5 p.p. em relação a 2017.

Resultado Financeiro/ Dívida Bruta	2018	2017	Var.
Resultado Financeiro Líquido	-193,60	-88,50	119%
Dívida Bruta	2.109,00	1.882,70	12%
Resultado Financeiro Líquido/Dívida Bruta	9,2%	4,7%	4,5 p.p.

LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 58,9 milhões no trimestre, revertendo o prejuízo de R\$ 8,9 milhões acumulados ao longo dos três primeiros trimestres do ano. A melhora no resultado líquido está em linha com a expectativa da Companhia, que leva em conta a sazonalidade de seus ativos geradores, uma vez que aproximadamente 2/3 da geração de energia do portfólio atual ocorre no segundo semestre, embora as despesas com juros e depreciação sejam lineares ao longo do ano.

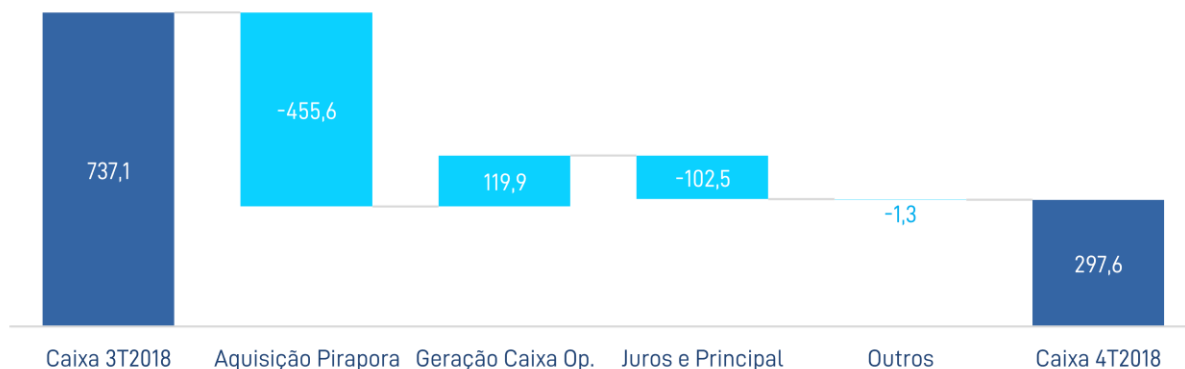
No acumulado do ano, a Companhia registrou resultado líquido, de R\$ 49,96 milhões, ante R\$ 113,1 milhões de 2017. Vale ressaltar que o resultado apresentado em 2017 foi fortemente impactado por um ganho vantajoso de R\$ 61,3 milhões na aquisição de Delta 3. Ao comparar os resultados desconsiderando este ganho, verificamos uma queda de 2,1% em 2018 relação ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O principal fator para o lucro líquido não acompanhar o crescimento observado nas outras linhas do resultado é a incorporação durante o ano de ativos construídos recentemente, que possuem dívidas pouco amortizadas e, consequentemente, margens líquidas menores.

POSIÇÃO DE CAIXA

Em 07 de dezembro de 2018 a Omega Geração realizou o pagamento de R\$ 455,6 milhões referente a aquisição de 50% do Complexo Solar Pirapora, com isso a posição de caixa da Companhia teve redução de R\$ 439,5 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2018.

**ENDIVIDAMENTO**

No final do trimestre, a dívida bruta consolidada da Companhia somava R\$2.109 milhões, redução de R\$52,4 milhões em relação ao trimestre anterior em função das amortizações ocorridas no período. A dívida líquida, por sua vez, aumentou R\$ 393,4 milhões de reais no período pela redução da posição de caixa observada no período.

Endividamento (R\$ mm)	4T18	4T17	Var.	3T18	Var.
BNDES	1.639,0	1.645,7	0%	1.655,7	-1%
Debêntures de Infraestrutura	236,2	260,9	-9%	280,6	-16%
Notas Promissórias	255,0	0,0	n.a.	250,1	2%
Custos de Transação	-21,1	-23,9	-12%	-25,0	-16%
Dívida Bruta	2.109,0	1.882,7	12%	2.161,4	-2%
Caixa e Equivalente de Caixa	201,6	350,9	-43%	634,7	-68%
Conta Reserva	96,0	82,5	16%	102,4	-6%
Dívida Líquida	1.811,4	1.449,3	25%	1.424,3	27%

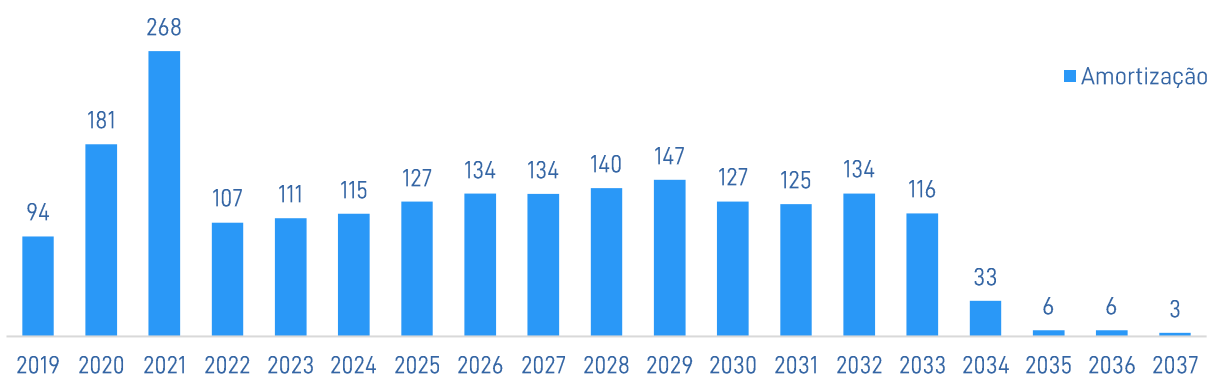
O endividamento da Companhia está majoritariamente nos ativos, representados por financiamentos de longo prazo com o BNDES, indexados em TJLP, e em debêntures de infraestrutura, indexadas em IPCA. No nível da holding foram captadas no terceiro trimestre de 2018 notas promissórias indexadas em CDI para fazer frente ao desembolso de caixa realizado na aquisição de Pirapora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

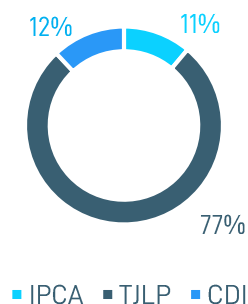
Ativo	Instituição	Vencimento	Pagamento	Tipo Principal Contrato	2018 ¹ (em R\$mm)	2017 ¹ (em R\$mm)
Indaiás	BNDES	jun/23	mensal	TJLP + 2,51% a 2,71%	58,97	71,6
Gargaú	BNDES	mai/27	mensal	TJLP + 2,34% a 5,5%	38,2	42,8
Delta 1	BNDES	out/30	mensal	TJLP + 2,18%	164,2	177,0
Serra das Agulhas	BNDES	jul/37	mensal	TJLP + 2,02%	106,2	111,3
Delta 2	BNDES	jan/33	mensal	TJLP + 2,18% a 2,48%	278,7	280,9
Delta 2	Debêntures	dez/26	semestral	IPCA + 7,37%	33,7	38,2
Delta 3	BNDES	mar/34	mensal	TJLP + 2,32%	992,6	962,0
Delta 3	Debêntures	dez/29	semestral	IPCA + 7,10%	202,5	222,8
Omega Geração	Nota Promissória	set/21	Parcela única no vencimento	CDI + 1,7% a 1,9%	255,0	-
Total	-	-	-	-	2.130,1	1.906,7

¹ Não considera os custos de transação

Importante ressaltar que o cronograma de amortização da dívida está bem distribuído ao longo dos anos, de forma a permitir que a geração de caixa dos ativos, cada vez mais diversificados, façam frente às obrigações relativas aos financiamentos. Nos anos de 2020 e 2021 ocorrerão as amortizações dos R\$ 250 milhões levantados para aquisição de Pirapora e, desconsiderando a aquisição de Assuruá, os fluxos de pagamento de tal linha serão cobertos pela geração de caixa de nosso portfólio nesse período.



No encerramento do 4T18, o prazo médio de amortização era de 7,5 anos, e o custo médio era de 9,3%. A taxa TJLP é o principal indexador dos contratos de dívida, correspondendo por 76,9% do saldo dos financiamentos.



O melhor indicador para monitorar a capacidade financeira da Companhia de servir e amortizar seus financiamentos é o índice de cobertura do serviço da dívida, dado que a métrica leva em consideração o perfil longo e de baixo custo do nosso endividamento. Em 2018 a Omega gerou 50% mais caixa para pagamento da dívida do que o necessário para cumprir com seus compromissos, denotando a alta cobertura que a Companhia tem em seus financiamentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice de Cobertura	Unidade	4T18	2018
Principal Pago	R\$ mm	-49,4	-104,2
Juros Pagos	R\$ mm	-53,2	-140,3
Serviço da Dívida	R\$ mm	-102,5	-244,5
EBITDA	R\$ mm	138,9	393,2
IR/CSLL	R\$ mm	-3,2	-25,5
Cobertura da Dívida	R\$ mm	135,7	367,7
ICSD	(x)	1,32	1,50

Buscando otimizar a estrutura de capital da Companhia, no dia 30 de janeiro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de debêntures para financiar as aquisições contratadas, o que criou substancial valor dada a boa margem (*spread*) entre o custo marginal de financiamento e o retorno marginal derivado das aquisições.

Essa linha de financiamento tem perfil e prazo moldados para que juros e amortização continuem sendo pagos pelos proventos recebidos pela holding com margem de segurança, uma vez que rodamos cenários de stress contemplando o recebimento de caixa pela holding a P90 do portfólio.

Com isso, seguimos fiéis à nossa filosofia de não tomarmos risco de refinanciamento e criamos valor dado que o custo de capital marginal foi bastante mais atrativo que uma eventual emissão de ações - retorno implícito de nossa ação continuava muito alto antes das operações, e ficou ainda mais elevado após suas conclusões.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. ("E&Y"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Neste sentido, a E&Y emite anualmente uma declaração de independência, nos termos da NBC TA 260 (R2) do Conselho Federal de Contabilidade, na qual declaram que, conforme previsto pelas regras de independência adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, não existe qualquer relação entre a E&Y, suas associadas e afiliadas e a Companhia que possam afetar a independência. A política da Companhia e suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Durante o exercício de 2018, informamos que não contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omega Geração S.A. ("Controladora") é uma sociedade por ações de capital aberto sediada em Belo Horizonte, na Avenida Barbacena, nº. 472, 4º. andar, cujas ações de emissão são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código OMGE3.

Fundada em 2008, a Omega é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam exclusivamente na produção e comercialização de energia elétrica, sem qualquer exposição ao desenvolvimento e implantação de ativos. O escopo de atuação do Grupo inclui as fontes eólica, hidrelétrica e solar.

A Omega e suas controladas diretas e indiretas ("Omega", "Grupo" ou "Companhia") opera 30 empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 636,7 MW de energia renovável (considera a capacidade das *joint ventures* Hidrelétrica Pipoca ("Pipoca") e Complexo Solar Pirapora), localizados nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e Rio de Janeiro.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulada, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de contratação livre, cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. As informações por segmento e detalhe operacionais dos ativos da Companhia estão apresentadas na Nota 6.

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- MRE – Mecanismo de realocação de energia;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e
- Proinfa - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 21 de março de 2019, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não

Notas Explicativas



requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Omega é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 10.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas e indiretas (consolidadas)	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2018	2017
Controladas Diretas				
Asteri Energia S.A. ("Asteri")	São Paulo	Holding	64,45%	64,45%
Delta 1 Energia S.A. ¹ ("Delta 1")	São Paulo	Holding	100%	100%
Indaiaí Grande Energia S.A.	Mato Grosso do Sul	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Indaiaís	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	Mato Grosso do Sul	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Indaiaís	100%	100%
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda. ("OMC") ³	São Paulo	Comercialização de energia	-	51%
Omega Geração Comercializadora de Energia Ltda. ("OMGC")	São Paulo	Comercialização de energia	100%	100%
Omega Geração 1 S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Controladas Indiretas				
Delta 2 Energia S.A. ²	São Paulo	Holding	100%	100%
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Gargaú Energética S.A.	Rio de Janeiro	Geração de energia eólica – UGC Gargaú	64,45%	64,45%
Musca Energia S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Porto do Delta Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
		Energia hidrelétrica com PCH – UGC Serra das		
Sigma Energia S.A.	Minas Gerais	Agulhas	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Localização das operações				
Joint Venture (equivalência patrimonial)		Atividade	2018	2017
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Minas Gerais	Energia hidrelétrica com PCH	33,38%	25,50%
Omega Comercializadora de Energia Ltda. ("OMC") ³	São Paulo	Comercialização de energia	51%	-
Pirapora Solar Holding S.A. ⁴	Minas Gerais	Geração de energia solar	50%	-
Pirapora II Solar Holding S.A. ⁴	Minas Gerais	Geração de energia solar	50%	-
Pirapora III Solar Holding S.A. ⁴	Minas Gerais	Geração de energia solar	50%	-

¹ Anteriormente denominada Delta dos Ventos Energia S.A., razão social alterada conforme AGO do dia 30 de abril de 2017.

² Anteriormente denominada Potami Energia S.A., razão social alterada conforme AGO do dia 30 de abril de 2017.

³ Perda de controle sem redução de participação, conforme Nota 4 (iv).

⁴ Participação adquirida em 2018, conforme Nota 4 (i).

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e *joint venture* são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Omega.

Notas Explicativas



As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

- CPC48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros – A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de hedge.

Com base no histórico de instrumentos financeiros negociados pela Companhia, não foi identificado impacto no reconhecimento e mensuração, sendo mantidos os métodos de valor justo ou custo amortizado atualmente já utilizados.

Em relação às perdas de recuperabilidade sobre créditos, o CPC48/IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de *impairment* do contas a receber mensurado ao custo amortizado, seja por um período de 12 meses ou pela extensão da vida do ativo, em substituição ao modelo de perdas incorridas da IAS 39, contudo a Companhia não identificou impactos, dado o baixo nível de inadimplência da carteira de clientes, bem como as medidas para a gestão do risco de crédito adotadas pela Companhia de descritas na Nota 3.

- CPC47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes – A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a CPC47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo das cinco etapas determinadas pelo CPC47/IFRS 9. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes para Companhia.

A Companhia analisou os demais novos pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e aplicados pela primeira vez em 2018 e não identificou impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou as principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis e da revisão de pronunciamentos existentes emitidos pelo IASB/CPC até a data dessas demonstrações financeiras, mas que ainda não estão em vigor. Nessa avaliação, foi realizado o julgamento de quais alterações seriam relevantes para a Omega, quantitativa ou qualitativamente. Além da adoção do IFRS 16, detalhada a seguir, não existem outros pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

- CPC06(R2)/IFRS 16 Arrendamento mercantil: Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas. A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Este pronunciamento vigora para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Notas Explicativas



A Companhia fará a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, reconhecendo um passivo de arrendamento e um ativo intangível decorrente dos direitos de uso. Sendo assim, não serão reapresentadas informações e saldos em base comparativa.

A nova política contábil para reconhecimento e mensuração dos arrendamentos inclui:

- Contratos cujos prazos sejam superiores a 12 meses;
- Operações cujos valores sejam superiores a R\$ 1 milhão; e
- Aplicação de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, sendo essa taxa média dos contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo;

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos. Esses foram os dados considerados para a adoção do IFRS 16, de acordo com a nova política contábil da Companhia vigente a partir de 1º de janeiro de 2019. Existem outros contratos de arrendamento, como por exemplo, veículos e pequenos imóveis, contudo não foram enquadrados dentro da política por possuírem baixo valor.

Dentro deste contexto espera-se que a adoção inicial da IFRS 16 impacte as demonstrações financeiras e processos internos. Os efeitos mais significativos estimados, que podem sofrer variações decorrentes da finalização dos cálculos quando do efetivo reconhecimento em 2019, se relacionam com:

Descrição	Adoção Inicial 2019	2020	2021	Estimativa do impacto (*)		
				2022 a 2030	2031 a 2040	Após 2040
Reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento	58.286	-	-	-	-	-
Aumento do custo com depreciações e amortizações	2.070	2.070	2.070	16.562	18.076	15.367
Aumento das despesas financeiras decorrentes da recomposição do valor nominal do passivo	4.999	5.062	5.121	47.038	45.355	19.165
Redução do custo caixa de O&M pela cessação da contabilização do arrendamento operacional	4.215	4.360	4.455	47.255	62.155	62.586

(*) Os valores após a data de adoção demonstrados neste quadro consideram somente os contratos hoje vigentes, sem qualquer impacto de futuras aquisições ou ampliações de parques.

Os cálculos acima consideram uma taxa de desconto de 4,71% ao ano em termos reais, inflação projetada de 4% ao ano e prazo médio remanescente ponderado dos arrendamentos de 29,5 anos. Uma variação de 1 ponto percentual na taxa de desconto alteraria o valor justo do passivo em aproximadamente R\$6 milhões.

As controladas em conjunto que juntas formam o Complexo Solar Pirapora, também arrendam as terras em que os parques solares estão implantados. Desta forma, considerando as características contratuais, essas controladas em conjunto esperam o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na adoção inicial no valor aproximado de R\$17 milhões.

A Administração da Companhia entende que a redução do custo caixa de O&M e aumentado do custo de depreciação e juros a partir da adoção inicial deste pronunciamento não deverá gerar impacto material no resultado de equivalência patrimonial desta investida.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Notas Explicativas



As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.5	Impactos do IFRS 16
5	Combinação de negócios e transação com acionistas
8	Perdas de crédito esperadas
11	Imobilizado
12	Intangível
13	Teste de <i>impairment</i> de ativos não financeiros
10	Portfólio de Negociação de Contratos de Venda de Energia (Trading)
26	Remuneração baseada em ações
28	Processos judiciais

3. GESTÃO DE RISCOS

A Omega realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. Dentro da estrutura de governança, o Conselho de Administração conta com um Comitê de Auditoria e Riscos, que é responsável por apoiar o Conselho de Administração nas decisões relativas à gestão dos riscos por meio de recomendações. Há também um Comitê de Operações com Partes Relacionadas, que visa assegurar a independência entre as empresas do Grupo e garantir que os objetivos de cada uma das empresas e de seus acionistas respectivos sejam alcançados sem interferência.

A estratégia de gestão de riscos da Omega objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas, fusões e aquisições e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos hidrológicos e climáticos:** relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE e estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- **Riscos de Mercado:** relacionados a preços, sazonalidade das receitas, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção ("O&M") de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração

Notas Explicativas



das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco hidrológico e climático

A energia gerada pelas PCHs é influenciada pelo regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs pode não ser auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo poder concedente, em um mecanismo opcional denominado MRE, que faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo delas. A opção é realizada anualmente.

As eventuais diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas proporcionalmente entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como *Generation Scaling Factor* (GSF).

A PCH Serra das Agulhas e PCH Pipoca (*joint venture* não consolidada) participam desse mecanismo e representam uma exposição de aproximadamente 5% do portfólio da Omega com exposição a esse risco, considerando a capacidade instalada das usinas. A Omega entende que esse é um risco sistêmico relevante, contudo com baixo potencial de impacto para a Companhia.

Nos ativos eólicos, os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas, neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao PLD (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Dentre os parques da Companhia somente a UGC Gargaú e um dos oito parques que compõem a UGC Delta 3 não estão sujeitos a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 29.2.

A Omega comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas, como descrito no item risco hidrológico e climático acima. Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da desconstrução de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos

Notas Explicativas



vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. A Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

No ACR, os clientes decorrem dos contratos adquiridos nos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Omega busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	195.388	350.887
Clientes	8	185.931	210.056
Caixa restrito	7	95.964	82.514
Total		477.283	643.457

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Omega não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES, Debêntures emitidas e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 14 e 27.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 14.5.

3.6 Seguros

Notas Explicativas



A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixos riscos na interrupção dos seus negócios. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$3,4 bilhões. A Omega acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Os eventos especiais ocorridos durante o exercício são aqueles que, no julgamento da Companhia, impactaram significativamente a posição financeira e patrimonial, seja pela sua natureza ou pelo seu valor significativo. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Companhia considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como frequência e o impacto sobre o resultado do exercício. Os eventos especiais identificados são descritos a seguir.

4.1 Aquisição de 50% do Complexo Solar Pirapora

Em 07 de dezembro de 2018 a Omega informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 14 de agosto e 24 de setembro de 2018, que foi concluída a aquisição de 50% do Complexo Solar Pirapora, sendo 30% da EDF Renewables do Brasil (EDF EN do Brasil Participações Ltda.) e 20% da Canadian Solar UK Projects Ltd.

O valor final da transação (*enterprise value*) foi, de acordo com os valores negociados, de R\$ 1.100 milhões, sendo R\$ 456 milhões pagos em dinheiro nesta data, após descontar o valor de R\$ 644 milhões relativos ao endividamento existente nos complexos solares adquiridos, incluindo a dívida líquida e o capital de giro estimado.

Com a conclusão da Transação, a Omega e a EDF Renewables do Brasil passarão a deter, cada uma, 50% do capital do Complexo Pirapora, com o controle compartilhado das operações dos parques.

Os impactos contábeis dessa aquisição estão descritos na Nota 5.1.

4.2 Nova estrutura de governança na Omega Comercializadora Ltda.

Em 1º de julho de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou nova estrutura de governança para a Omega Comercializadora Ltda. ("OMC"), bem como um novo plano de negócios para incluir atividades de negociação (*trading*) de energia em seu portfólio. Com a efetivação dessa operação, a OMC passou a dedicar suas atividades ao *trading* de energia exclusivamente com terceiros, não mais transacionando energia gerada pelos ativos da Companhia. A nova estrutura de governança prevê um Conselho de Gestão e Diretoria que foram constituídos pela indicação dos sócios de maneira compartilhada. A gestão é baseada em um plano de negócios de longo prazo aprovado pelos sócios. Os resultados serão distribuídos aos acionistas a medida em que estiverem disponíveis. A aprovação dessa estrutura resultou no compartilhamento do controle da OMC, que consequentemente deixou de ser consolidada.

De acordo com as regras específicas do IFRS 10, correspondente ao CPC 36(R3) a OMC não é mais consolidada nas demonstrações financeiras, sendo assim, em 1º de julho de 2018, foram revertidos todos os ativos e passivos da OMC e participações de não controladores, passando a Companhia a registrar a participação remanescente neste investimento pelo valor justo na data em que o controle foi perdido. Após este reconhecimento inicial, o investimento passa a ser apurado pelo método de equivalência patrimonial.

Foi reconhecida no resultado de equivalência patrimonial do exercício uma perda de R\$ 669 relativa a avaliação ao valor justo da participação.

O quadro a seguir resume o resultado gerado pela perda de controle.

Notas Explicativas

	1º de julho de 2018
Valor justo total do investimento	(2.334)
Participação societária na data da perda do controle	51%
Valor justo da participação remanescente	(1.190)
Valor contábil do investimento	(521)
Resultado na perda de controle	(669)

O quadro abaixo resume os ativos e passivos de OMC, em 30 de junho de 2018.

Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores
2.397	22.946
Clientes	Obrigações trabalhistas e tributárias
23.555	9.013
Outros créditos	Outras obrigações
8.819	2.556
Total do ativo	Total do Passivo
34.771	34.515
	Patrimônio líquido
	256
	Total do passivo e patrimônio líquido
	34.771

A composição do investimento na data da perda de controle da Companhia sobre a OMC é como segue:

	1º de julho de 2018
Patrimônio líquido na data da perda de controle	256
(-) Dividendos distribuídos até a data da perda do controle	1.276
(=) Valor base para cálculo do investimento	(1.020)
Valor contábil do investimento Omega na data da perda do controle	(521)
Valor contábil da participação de não controlador na data da perda do controle	(499)

4.3 Acordo vinculante para aquisição de 100% do Complexo Eólico Assuará e acordo de direito de primeira oferta

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia assinou um acordo vinculante para adquirir 100% do Complexo Eólico Assuará ("Complexo Assuará"), no interior da Bahia na cidade de Gentio do Ouro, com capacidade instalada de 303 MW, além de um acordo de direito de primeira oferta para adquirir os projetos a serem desenvolvidos pelo Fundo de Investimentos em Participações ("FIP IEER") responsável pelos investimentos da CER – Companhia de Energias Renováveis na região.

O Complexo Assuará é formado por 13 centrais eólicas vencedoras dos leilões LER de 2013 e de 2014, com início da operação comercial (COD) em abril de 2016 e fevereiro de 2018, respectivamente.

Além disso, o FIP IEER possui na mesma região uma área vasta com potencial de desenvolvimento de ativos de geração eólica e solar superior a 2,0 GW, projetos sobre os quais a Omega passa a ter o direito de primeira oferta na aquisição após entrada em operação dos ativos.

O valor da operação para a aquisição de 100% da participação foi avaliado em R\$ 1,9 bilhão, e será pago da seguinte forma: (i) assunção de dívida líquida no valor de R\$ 1.018 milhões existentes nos projetos e (ii) pagamento em caixa pela Companhia originados via recursos atualmente disponíveis e linhas de financiamento disponíveis junto a credores, sendo que 28% da parcela em caixa poderá ser paga em ações, em até 3 anos, a critério da Omega. Os valores mencionados poderão sofrer ajustes em função de variação de capital de giro dos ativos entre a data do acordo e a data final da aquisição e correção monetária das parcelas diferidas.

A conclusão da operação está sujeita à certas condições precedentes de fechamento incluindo aprovação da autoridade antitruste brasileira ("CADE") e consentimento de credores. A Companhia espera concluir a aquisição durante o 1º. Semestre de 2019.

Notas Explicativas



4.4 Contrato para a transferência de ativos de Delta 7 e 8

O Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de dezembro de 2018, aprovou a celebração pela Companhia de *Term Sheet* entre a Companhia e a Omega Gestora de Recursos Ltda em conjunto com a Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Gestoras") por meio do qual a Companhia e as Gestoras outorgaram-se, respectivamente, opções de (i) aquisição ou reorganização societária e (ii) alienação ou reorganização societária para transferência dos ativos de geração de energia eólica denominados Delta 7 e Delta 8, com capacidade instalada projetada de 97,2 MW e expectativa de entrada em operação comercial no final de 2019, ambos localizados no Maranhão, adjacentes ao Complexo Eólico Delta 3.

Desde agosto de 2018, a diretoria executiva da Companhia e o Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionada da Companhia têm conduzido tratativas com as Gestoras em relação às condições e estruturas para transferência dos Ativos, o que culminou na recomendação do Comitê para a aprovação da celebração do documento que consubstancia as referidas opções pelo Conselho de Administração.

Conforme previsto no *Term Sheet*, a efetiva transferência dos Ativos é condicionada à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a efetiva celebração de Contratos de Comercialização da Energia, em volume mínimo estabelecido, no ambiente de comercialização livre e a efetiva entrada em operação comercial dos Ativos.

As opções decorrentes dos projetos eólicos vencedores do leilão estavam outorgadas e são exercíveis a partir do cumprimento de condição precedente e não estavam exercidas em 31 de dezembro de 2018. De acordo com os termos do acordo, o preço a ser pago pela aquisição/venda obedece uma metodologia de fluxo de caixa descontado, a ser verificado quando as opções forem exercidas. Desta forma, o valor justo das opções de compra e de venda são idênticos, pois garantem as mesmas condições para as partes, não gerando a obrigação de registro contábil de um ativo ou um passivo na referida transação.

5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES

Política contábil

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia, que consiste em 4 etapas:

- Determinar a data de aquisição;
- Determinar o adquirente e a adquirida;
- Determina a contraprestação transferida pela aquisição do controle (Preço); e
- Mensurar o ágio ou ganho por compra vantajosa.

A data da aquisição é a data em que normalmente a Companhia assume o controle dos ativos.

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

A contraprestação transferida para a aquisição de um negócio é o valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data da aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente

Notas Explicativas



considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Custos diretamente relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganho por compra vantajosa é mensurado pela diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação à contraprestação transferida e é reconhecido na data da aquisição. Quando a contraprestação transferida é maior que o valor justo dos ativos, um *goodwill* é reconhecido no ativo e testado para fins de impairment de acordo com a política contábil descrita na Nota 13. Quando é menor, um ganho por compra vantajosa é reconhecido no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da combinação de negócios são contabilizados de acordo com a política contábil descrita na Nota 12.

Quando uma transação envolver a assunção de controle de negócios pela Companhia, mas sem haver alteração nas partes controladoras finais desse negócio, a Companhia registra a transação pelos seus valores contábeis, sem qualquer ganho ou ágio.

A aquisição de participação em negócios de controle compartilhado também são contabilizados pelo método de aquisição, contudo considerando a proporção da participação adquirida nos ativos e passivos do negócio controlado em conjunto.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de energia, taxas de juros, inflação, condições climáticas, custos operacionais e vidas úteis dos ativos. Alterações em algumas dessas premissas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

5.1 Transação em 2018

5.1.1 Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto: Complexo Pirapora

Conforme mencionado na Nota 4, em 07 de dezembro de 2018 a Omega concluiu a aquisição da participação de 50% no Complexo Sola de Pirapora, sendo 30% da EDF Renewables do Brasil (EDF EN do Brasil Participações Ltda.) e 20% da Canadian Solar UK Projects Ltd.

A transação foi realizada por meio da assinatura pelas partes de um SPA (*Share Purchase Agreement*), datado de 14 de agosto de 2018 sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação a uma série de condições precedentes, cumpridas até 07 de dezembro de 2018.

A liquidação financeira da operação ocorreu na data do fechamento com o pagamento de R\$456 milhões aos vendedores. Os custos da transação estão relacionados aos consultores jurídicos e financeiros e totalizaram aproximadamente R\$2 milhões, contabilizado em despesas gerais e administrativas.

Com a conclusão da transação, a Companhia e a EDF passaram a gerir os negócios do Complexo Pirapora de forma conjunta, com base em acordo de acionistas, que estabelece que as decisões substantivas do negócio devem ser tomadas em conjunto, sem a preponderância de qualquer um dos sócios. A Companhia e a EDF têm o direito à indicação de um número igual de membros do Conselho de Administração e da Diretoria executiva.

A Companhia classificou essa participação como uma *joint venture*, conforme preconizado no CPC 18, e registrará esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo inicialmente contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelos CPC 18 e CPC15.

O Complexo Pirapora é composto por 3 holdings e 11 parques solares, juridicamente distintos, adquiridos

Notas Explicativas



separadamente. Ao alocar os valores da transação, a Companhia avaliou existir apenas uma unidade geradora de caixa, visto a interdependência da operação dos parques e uso comum de utilidades como subestação de transformação e linhas de transmissão. A existência das holdings está ligada ao faseamento dos investimentos.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição da participação

O valor do preço pago pela transação foi de R\$455.600, cujo pagamento foi feito em parcela única, em dinheiro, na data de fechamento.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, referentes ao Complexo Pirapora, pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos na data da aquisição. Essas informações representam os balanços consolidados do Complexo Pirapora na data da aquisição:

Consolidado em 30 de novembro de 2018	Valor Justo	Valor Justo 50%Adquirido
Caixa e equivalentes de caixa	110.810	55.405
Clientes	34.018	17.009
Outros ativos	5.030	2.515
Imobilizado	1.655.404	827.702
Intangível (i)	549.424	274.712
Ativos	2.354.686	1.177.343
Empréstimos e financiamentos	1.387.622	693.811
Passivos operacionais circulantes	55.864	27.932
Passivos	1.443.486	721.743
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	911.200	455.600

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base em avaliações independentes, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques solares do Complexo Pirapora são novos, com construção concluída em data próxima à aquisição, portanto representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a mensuração resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia solar provenientes de leilões públicos, bem como da existência de autorização governamental de exploração de energia solar, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contratos de comercialização de energia	424.250	19,3 anos	Income approach: Análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: 50 anos
Autorização governamental	125.174	50,1 anos		WACC: 7,86% a.a. (termos reais)
				Custo CAC: 11,9% a.a. Capacidade instalada: 321MW Margem EBIT: 67,9%
Total dos ativos intangíveis	549.424			

Notas Explicativas



Reconhecimento do ágio

O montante de R\$455.600 da contraprestação transferida pela aquisição da participação foi integralmente alocado ao valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto, portanto não houve excedente a ser reconhecido como ágio na transação.

Não houve diferenças entre a base fiscal e a contábil na transação, sendo os valores contabilizados elegíveis para compor a base de tributação em eventos futuros de realização do investimento, tais como amortizações e/ou reorganizações societárias.

Desde a data da aquisição, o Complexo Pirapora contribuiu gerou resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$584. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício o valor do resultado negativo de equivalência patrimonial seria de R\$ 22.580. Abaixo demonstramos a abertura da receita líquida e lucro líquido do Complexo Pirapora

	Desde a data que aquisição	Exercício 2018
Receita líquida	23.638	193.166
Lucro líquido	1.169	(45.159)

No início de 2018, apenas a fase 1 do complexo Pirapora (150 MW) estava operacional: as fases 2 e 3 (171 MW) entraram em operação ao longo do ano. Além disso, a operação da planta passou por uma fase de estabilização inicial, normal para esse tipo de empreendimento, com a geração um pouco abaixo do planejado nos primeiros meses. Assim a geração de receita do parque não foi suficiente para cobrir as despesas operacionais e financeiras, resultando em prejuízo em 2018. O plano de negócio prevê lucro a partir de 2019.

O resultado de equivalência patrimonial registrado para o período após a aquisição de Pirapora está demonstrado na Nota 10.

5.2 Transações em 2017

5.2.1 Combinação de negócios: Delta 3

Em 20 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações de OE&I2 detidas pelos fundos de investimento Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações ("DEV FIP III") e por Lambda3 Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ("Lambda3").

A transação foi realizada por meio da assinatura pelas partes de um SPA (*Share Purchase Agreement*), datado de 12 de maio de 2017 sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação a uma série de condições precedentes relacionadas principalmente à obtenção de licenças ambientais, autorizações para operação comercial e outras comuns a esse tipo de transação.

A Companhia e as partes vendedoras concluíram que o controle substancial das operações de Delta 3 passou a ser exercido pela Omega a partir de 1º de outubro de 2017, uma vez que a construção dos ativos estava concluída (*completion*), as licenças ambientais e autorizações comerciais já haviam sido substancialmente emitidas, bem como a condução normal dos negócios do complexo Delta 3 já estava sob o controle integral da Companhia. A liquidação financeira da operação ocorreu em 20 de dezembro de 2017 com a emissão de 38,4 milhões de ações pela Controladora e pelo pagamento da parcela caixa de R\$145 milhões. Não houve custos relevantes na transação.

A transação está sendo contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação (Fundos DEV FIP III e Lambda 3) não faziam parte do bloco de controle da Omega, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios.

Notas Explicativas



(a) Contraprestação transferida pela aquisição do controle

O preço da transação foi dividido em 3 parcelas, conforme detalhado a seguir:

Item	R\$	Referência
Emissão de bônus de subscrição	15.995	(i)
Emissão de 38.416.256 ações ordinárias, ao preço de R\$17,91/ação na data da aquisição	688.035	(ii)
Parcela paga em caixa	145.088	
Total do preço de aquisição	849.118	

(i) Emissão de Bônus de Subscrição

Os bônus de subscrição foram emitidos em 12 de maio de 2017 em favor dos vendedores em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sendo liquidados em compensação do preço da primeira parcela de aquisição de OE&I2, no valor de R\$15.995.

(ii) Emissão de ações

A emissão de 38.416.256 ações ordinárias foi aprovada pelo Conselho de Administração como consequência da conversão dos bônus de subscrição descrito anteriormente e dentro do capital social autorizado da Companhia. O Capital Social foi aumentado em R\$783.768, representando um preço de emissão de R\$20,40/ação, aprovado pelo Conselho de Administração e reflexo da negociação no âmbito do SPA.

De acordo com o CPC15, as ações emitidas foram reavaliadas contabilmente ao seu valor justo na data da aquisição por serem instrumentos patrimoniais emitidos como contraprestação transferida pelo controle de OE&I2. Ao fazer essa avaliação, a Companhia levou em consideração que as ações são ativos com preço cotado em mercado ativo, dentro no Nível 1 de valor justo estabelecido pelo CPC38, e considerou o preço negociado na B3 na data de aquisição, no valor de R\$17,91/ação.

Com isso, foi registrado um ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no montante dessa diferença de preço, no valor de R\$ 95.733, em contrapartida do valor da contraprestação transferida, totalizando o montante de R\$688.035 considerado no preço de compra.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos de OE&I2

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos da adquirida OE&I2 na data da aquisição. Essas informações representam os balanços consolidados de OE&I2 na data da aquisição:

Consolidado em 1º. de outubro de 2017	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Redução de capital (ii)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	39.530	-	-	39.530
Contas a receber de clientes	61.102	-	-	61.102
Demais ativos circulantes	20.817	-	-	20.817
Imobilizado	1.373.340	-	-	1.373.340
Intangível	240	439.185	-	439.425
Total dos ativos adquiridos	1.495.029	439.185	-	1.934.214
Empréstimos e financiamentos CP	109.189	-	-	109.189
Passivos operacionais circulantes	27.198	-	-	27.198
Redução de capital a pagar	-	-	92.730	92.730
Empréstimos e financiamentos LP	793.927	-	-	793.927
Outras obrigações não circulantes	431	-	-	431
Total dos passivos assumidos	930.745	-	-	1.023.475
Total do patrimônio líquido adquirido	564.284	439.185	92.730	910.739

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base nas projeções e modelos desenvolvidos internamente, considerando os seguintes aspectos:

Notas Explicativas



- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** as operações de OE&I2 registradas nessas rubricas estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques eólicos de Delta 3 são novos, cuja construção foi concluída pelos ex-proprietários em data próxima à aquisição, portanto representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a mensuração foi concluída em 31 de dezembro de 2017 e resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia eólica ganhos em leilões públicos, bem como da existência de autorização governamental de exploração de energia eólica, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contratos de comercialização de energia	389.313	20 anos	Income approach: Análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: 55 anos WACC: 8,68% a.a. (termos reais) Custo CAC: 9,5% a.a. Capacidade instalada: 220MW Margem EBIT: 70%
Autorização governamental	49.872	55 anos		
Total dos ativos intangíveis	439.185			

(ii) Redução de capital

No âmbito da liquidação financeira do SPA, as partes concordaram, com anuência do BNDES e dos debenturistas, em realizar uma redução de capital no valor de R\$92.730 em favor dos ex-proprietários de OE&I2, sendo liquidada a parcela de R\$72.730 em 20 de dezembro de 2017 e o saldo remanescente de R\$20.000 a ser liquidado no primeiro semestre de 2018.

Reconhecimento contábil do ganho por compra vantajosa

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 61.621 foi reconhecido na data da aquisição, sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

Item	R\$	Referência
Preço de aquisição (contraprestação transferida total)	849.118	5.1(a)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	910.739	5.1(b)
Ganho por compra vantajosa	61.621	

O referido ganho está registrado na rubrica de outras receitas e despesas operacionais, conforme Nota 25.

5.2.2 Transação com os acionistas – Transferência do controle de OE&I 1

Em 12 de maio de 2017 o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 143 milhões com a capitalização de ações ordinárias da OE&I1, subscritas pelos mesmos acionistas controladores finais da Companhia, aos valores contábeis.

Por se tratar de uma integralização de capital dos acionistas com um negócio, a Companhia concluiu não ser necessária a aplicação do método de aquisição do CPC15, visto que não houve qualquer negociação envolvendo o valor econômico dos referidos ativos entre a Omega e seus acionistas controladores. Além disso, por se tratar de ativos novos, pressupõe-se que o valor contábil dos ativos seja próximo ao seu valor justo.

A Omega passou a deter o controle das operações de OE&I1 a partir de 1º de abril de 2017, consolidando suas demonstrações financeiras a partir dessa data. O valor contábil dos ativos e passivos da OE&I na consolidação inicial estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas



Consolidado em 31 de março de 2017	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	17.132
Clientes	9.144
Outros ativos	17.438
Imobilizado	621.131
Intangível	892
Ativos	665.737
Empréstimos e financiamentos	478.118
Passivos operacionais circulantes	44.548
Passivos	522.666
Total dos ativos líquidos	143.071

Em função dos ativos terem sido integralizados pelos valores contábeis, não houve reconhecimento de qualquer ágio ou ganho nas demonstrações financeiras. O único impacto patrimonial se deu pelo aumento de capital no valor de R\$143.071.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia dividiu suas operações em 3 segmentos reportáveis: operações provenientes de fontes eólicas, de fontes hídricas e fontes solares. Os segmentos estão alinhados com a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho do grupo e estão refletidos em seus relatórios gerenciais utilizados para o acompanhamento e tomada de decisões. Os órgãos responsáveis por tomar essas decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração, que utilizam informações sobre geração e comercialização de energia em MWh e MW médios, receitas, despesas de operações e manutenção (O&M), despesas gerais e administrativas fixas (G&A) e, como resultado o EBITDA, os resultados financeiros decorrentes da estrutura de capital e o lucro líquido.

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

No quadro a seguir apresentamos as informações operacionais sobre os ativos de cada segmento:

UGCs	Número de parques em operação	Localização	Início do contrato de longo prazo	Capacidade instalada (MW)	Principal ambiente de contratação
Gargaú	1	Rio de Janeiro	Out/2010	28,1	PROINFA
Delta 1	3	Piauí	Jul/2014	70,0	ACR – Leilão A-3 2011
Delta 2	3	Piauí	Jan/2018	74,8	ACR – Leilão A-5 2013
Delta 3	8	Maranhão	Jan/2018	220,8	ACR – Leilão A-3 2015
Serra das Agulhas	1	Minas Gerais	Jan/2018	30,0	ACR – Leilão A-5 2013
Indaiás	2	Mato Grosso do Sul	Jul/2012	32,5	ACL
Pirapora (*)	11	Minas Gerais	Nov/2017	321,0	LER
Pipoca (**)	1	Minas Gerais	Out/2010	20,0	ACL

(*) Participação de 50%.

(**) Participação de 51%.

6.1 Demonstração dos resultados

Os quadros abaixo apresentam o resultado consolidado da Companhia distribuído entre os 3 segmentos reportáveis. As despesas corporativas e eliminações foram apresentadas em apenas uma coluna; conforme a seguir:

Notas Explicativas



	Fontes eólicas	Fontes hídricas ⁽²⁾	Fonte solar ⁽¹⁾	Comercia- lizadora	Corporativo/ Eliminações	2018 Consolidado
Receita operacional líquida	503.886	83.700	-	277.058	(122.621)	742.023
Custos da operação, conservação e compras	(239.021)	(31.728)	-	(273.794)	102.806	(441.737)
Lucro bruto	264.865	51.972	-	3.264	(19.815)	300.286
Administrativas, pessoal e gerais	(8.617)	(3.960)	-	(3.485)	(24.351)	(40.413)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.226	1.613	-	-	53	3.892
Resultado de equivalência patrimonial	-	4.903	(415)	4.622	-	9.110
Total resultado operacional	258.474	54.528	(415)	4.401	(44.113)	272.875
Receitas financeiras	8.278	1.520	-	112	16.964	26.874
Despesas financeiras	(200.173)	(19.292)	-	(94)	(4.707)	(224.266)
Resultado antes do IR/CSLL	66.579	36.756	(415)	4.419	(31.856)	75.483
IRPJ e CSLL	(20.112)	(4.052)	-	(1.260)	(28)	(25.452)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	46.467	32.704	(415)	3.159	(31.884)	50.031

¹ Valor incluído reflete a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.3.

² Como parte dos saldos das Fontes Hídricas está incluída a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.3.

	Fontes eólicas	Fontes hídricas	Comercia- lizadora	Corporativo/ Eliminações	2017 Consolidado
Receita operacional líquida	302.280	80.613	281.672	(118.451)	546.114
Custos da operação, conservação e compras	(141.219)	(49.837)	(272.717)	118.445	(345.328)
Lucro bruto	161.061	30.776	8.955	(6)	200.786
Administrativas, pessoal e gerais	(10.579)	(3.795)	(1.748)	(17.686)	(33.808)
Outras receitas (despesas) operacionais	61.585	(30)	-	638	62.193
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.531	-	-	3.531
Total resultado operacional	212.067	30.482	7.207	(17.054)	232.702
Receitas financeiras	6.955	1.301	309	9.815	18.380
Despesas financeiras	(91.570)	(27.198)	(174)	(260)	(119.202)
Resultado antes do IR/CSLL	127.452	4.585	7.342	(7.499)	131.880
IRPJ e CSLL	(13.294)	(2.828)	(2.641)	(1)	(18.764)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	114.158	1.757	4.701	(7.500)	113.116

6.2 Principais ativos e passivos por segmento

	Fontes eólicas	Fontes hídricas ⁽²⁾	Fonte solar ⁽¹⁾	Comercia- lizadora	Corporativo/ Eliminações	2018 Consolidado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	65.106	8.270	-	9.046	112.966	195.388
Clientes	172.274	26.647	-	61.948	(74.938)	185.931
Caixa restrito	80.046	15.918	-	-	-	95.964
Investimento	-	30.853	455.187	4.102	-	490.142
Imobilizado e intangível	2.714.318	372.039	-	-	-	3.086.357
Total dos principais ativos	3.031.744	453.727	455.187	75.096	38.028	4.053.782
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	1.691.362	164.053	-	-	253.595	2.109.010
Fornecedores	55.363	27.230	-	71.677	(74.396)	79.874
Total dos principais passivos	1.746.725	191.283	-	71.677	179.199	2.188.884

¹ Valor inclui o investimento referente a 50% de participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.3.

² Como parte dos saldos das Fontes Hídricas está incluído o investimento referente a 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.3.

Notas Explicativas

	2017			
	Fontes eólicas	Fontes hídricas	Comercia- lizadora	Corporativo /Eliminação Consolidado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	46.170	7.116	1.949	295.652 350.887
Clientes	163.867	13.065	72.397	(39.273) 210.056
Caixa restrito	65.157	17.357	-	- 82.514
Investimento	-	29.286	-	- -
Imobilizado e intangível	2.790.384	383.143	-	21.988 3.195.515
Total dos principais ativos	3.065.578	449.967	74.346	278.367 3.868.258
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	1.700.969	181.760	-	- 1.882.729
Fornecedores	71.034	8.650	68.152	(37.048) 110.788
Total dos principais passivos	1.772.003	190.410	68.152	(37.048) 1.993.517

6.3 Concentração de clientes

A receita operacional líquida consolidada é obtida integralmente pelo faturamento de clientes externos domiciliados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui dois clientes que representavam individualmente mais que 10% das receitas totais (três clientes em 2017). Em conjunto, esses clientes representam 42% da receita líquida do exercício findo em 2018 (35% em 2017).

7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS**Política contábil**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos	4.140	50.320	23.223	60.545
Aplicações financeiras de liquidez imediata	108.826	244.333	172.165	290.342
Caixa e equivalentes de caixa	112.966	294.653	195.388	350.887
Caixa restrito	-	-	95.964	82.514
Total	112.966	294.653	291.352	433.401

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, livres de IOF, lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 14.

A remuneração média das aplicações financeiras de liquidez e caixa restrito em 31 de dezembro de 2018 foi de 96,31% do CDI (95,9% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas



8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Omega utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 21.

	Consolidado	
	2018	2017
ACR		
CCEAR	10.086	1.900
LER	5.362	3.025
Proinfa	10.946	10.508
ACL		
Contabilização - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	51.435	116.041
Comercializadora, consumidores livres e transmissores	108.102	78.582
Total	185.931	210.056
Apresentados no ativo:		
Circulante	179.014	209.715
Não circulante	6.917	341

Contas a receber ACR: representados por contas a receber de distribuidoras no âmbito de contratos adquiridos em leilões, bem como contratos no âmbito do PROINFA que são faturados exclusivamente para a Eletrobrás. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contas a receber ACL: representados por contas a receber de comercializadoras relativas a energia gerada pelos ativos de eólicos e PCHs e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE. Os valores observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 reduziram em relação a 2017 decorre da compensação ocorrida em função de ajustes negativos no balanço energético do exercício.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2018 e 2017, portanto, não foi necessário o registro de provisão para perdas de crédito esperadas.

Notas Explicativas



9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	2.422	1.940	15.776	7.974
PIS/COFINS	-	-	7.941	4.192
ICMS	-	-	1.295	1.984
Adiantamento a fornecedores	308	78	4.911	2.504
Partes relacionadas (Nota 19)	13.066	14.837	17.985	14.532
Despesas a apropriar	113	122	2.292	2.786
Outros	430	21	22	2.703
Total	16.339	16.998	50.222	36.675
Apresentados no ativo:				
Circulante	16.339	16.998	48.882	35.326
Não circulante	-	-	1.340	1.349

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 19.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando à Companhia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento da Companhia em controladas e *joint ventures* inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição, conforme política contábil descrita na Nota 5.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas



10.1 Movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2018

	Controladora									
	Asteri	Delta 1	Indaiá Grande	Indaiazinho	Omega Geração 1	OE&I2	OMC	OMC GER	Pirapora	Mais Valia
Saldos em 31 de dezembro de 2017	92.362	97.930	76.614	45.730	194.688	519.268	1.648	1.000	-	438.59
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	455.601	-
Alocação mais valia na aquisição de Pirapora	-	-	-	-	-	-	-	-	(274.712)	274.712
Resultado de equivalência patrimonial	3.022	15.444	10.617	12.113	24.332	11.156	3.699	1.511	584	(21.572)
Dividendos	(4.829)	(4.974)	(5.045)	(4.810)	(4.897)	(17.329)	(650)	-	-	-
Perda de investimento	(8.004)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado na perda de controle OMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(669)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	82.551	108.400	82.186	53.033	214.123	513.095	4.697	2.511	181.473	691.068

	Consolidado						
	Pipoca	Mais valia	OMC	Menos valia	Pirapora	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.827	1.459	-	-	-	-	29.286
Aquisição de participação	-	-	-	-	455.601	-	455.601
Alocação da mais valia na aquisição	-	-	-	-	(274.712)	274.712	-
Saldo inicial na perda de controle OMC	-	-	131	-	-	-	131
Resultado na perda de controle OMC	-	-	-	(669)	-	-	(669)
Resultado de equivalência patrimonial	5.009	(106)	5.216	75	584	(999)	9.779
Dividendos	(3.336)	-	(650)	-	-	-	(3.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	29.500	1.353	4.697	(594)	181.473	273.713	490.142

Principais movimentações ocorridas durante o exercício de 2018

- (i) **Perda de controle OMC:** Conforme divulgado na Nota 4, ocorreu uma alteração na governança da OMC e a Companhia passou a classificá-la como *joint venture* em suas demonstrações financeiras e mensurar a participação detida pelo método de equivalência patrimonial.
- (ii) **Dividendos de Asteri:** a controlada Asteri possui ações preferencias emitidas em favor do acionista não controlador FIP de Infraestrutura XP Omega I que possuem preferência no recebimento de dividendos até 2031, de acordo com os limites estabelecidos no acordo de acionistas. Não há nesta transação a obrigação de qualquer entrega de caixa ou resgate de classe de ações, mas sim uma prioridade no recebimento de dividendo. Não há pagamento de dividendo obrigatório a qualquer classe de ações caso não haja lucro no exercício. Após 2031, essas ações serão convertidas em ordinárias e a obrigação de pagamento de dividendo prioritário cessa.
- (iii) **Aquisição de 50% de Pirapora:** conforme mencionado nas Notas 4 e 5, houve aquisição do Complexo Solar Pirapora adicionando R\$456 milhões aos investimentos da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu, a título de dividendos referentes a exercícios anteriores de suas subsidiárias, o total de R\$ 31.345, sendo R\$ 26.309 durante o quarto trimestre de 2018.

10.2 Movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2017

	Controladora									
	Asteri	Delta 1	Indaiá Grande	Indaiazinho	Omega Geração 1	OE&I2	OMC	OMCG	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	74.212	89.179	77.064	45.546	-	-	529	-	3.179	289.709
Adição de participação societária	23.790	-	-	-	143.071	471.554	-	1.000	-	639.415
Aumento de capital	-	50	-	-	67.754	-	-	-	-	67.804
Resultado de equivalência patrimonial	(405)	8.862	876	484	(16.137)	48.989	3.587	-	-	46.256
Ganho de capital	-	-	-	-	-	-	490	-	-	490
Alienação de participação societária	-	-	-	-	-	-	(958)	-	-	(958)
Valor justo dos ativos de controlada na aquisição	-	-	-	-	-	439.185	-	-	-	439.185
Dividendos	(5.234)	(161)	(8)	(5)	-	(1.277)	(2.000)	-	-	(8.685)
Amortização - Valor justo de controladas	-	-	(60)	(13)	-	(5.093)	-	-	(213)	(5.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	92.363	97.930	77.872	46.012	194.688	953.358	1.648	1.000	2.966	1.467.837

Notas Explicativas



	Consolidado		
	Pipoca	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.597	1.567	33.164
Resultado de equivalência patrimonial	3.531		3.531
Dividendos	(6.464)		(6.464)
Amortização – Valor justo de controladas	-	(107)	(107)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	28.664	1.460	30.124

10.3 Investimento mantido no consolidado - Joint Venture – Hidrelétrica Pipoca

A *joint venture* Pipoca é um investimento de controle compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação indireta de 51% do capital social por meio da controlada Asteri Energia S.A.

Os ativos de Pipoca referem-se a uma PCH, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga, tendo iniciado a operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos, os quais poderão ser prorrogadas por mais 30 anos de acordo com os termos da Lei 13.360/2016.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2018	2017	Demonstrações de resultados	2018	2017
Total do ativo	104.725	109.600	Receita operacional líquida	27.037	28.901
Circulante	10.288	14.421	Custos da operação e conservação	(11.443)	(16.348)
Não circulante	94.437	95.179	Lucro bruto	15.594	12.553
Realizável a longo prazo	2.726	415	Despesas operacionais	(1.042)	(1.289)
Imobilizado e intangível	91.711	94.764	Resultado financeiro líquido	(3.437)	(2.750)
Total do passivo	104.725	109.600	Lucro antes do IRPJ e CSLL	11.115	8.514
Circulante	11.403	16.007	IRPJ e CSLL	(1.203)	(1.590)
Não circulante	33.047	39.031	Lucro líquido	9.912	6.924
Patrimônio líquido	60.275	54.562			

10.4 Investimento mantido no consolidado - Joint Venture – Pirapora

A *joint venture* Pirapora é um investimento de controle compartilhado com a EDF Renewables no Brasil através da participação direta de 50%.

Pirapora é um complexo solar fotovoltaico composto por 11 plantas conectadas à rede nacional por meio de uma infraestrutura de conexão compartilhada, todas localizadas no estado de Minas Gerais. Com irradiação horizontal global média de 2.078 kWh/m²/ano, o Complexo Pirapora está localizado em uma das áreas mais ensolaradas do Brasil, de acordo com o mapa brasileiro de irradiação solar.

As usinas estão todas operacionais e contam com PPA de 20 anos, que foram negociados nos Leilões de Energia de Reserva (LER) da ANEEL em agosto de 2015, novembro de 2015 e agosto de 2014, respectivamente, com uma energia total contratada de 747 GWh/ano.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2018	Demonstrações de resultados	2018
Total do ativo	2.528.427	Receita operacional líquida	193.166
Circulante	192.324	Custos da operação e conservação	(30.774)
Não circulante	2.336.103	Lucro bruto	162.392
Realizável a longo prazo	686.375	Despesas operacionais	(61.149)
Imobilizado e intangível	1.649.728	Resultado financeiro líquido	(111.633)
Total do passivo	2.528.427	Lucro antes do IRPJ e CSLL	(10.390)
Circulante	146.808	IRPJ e CSLL	(34.770)
Não circulante	1.332.549	Lucro líquido	(45.160)
Patrimônio líquido	1.049.070		

Notas Explicativas



10.5 Investimento mantido no consolidado - Joint Venture – OMC

A OMC é um investimento de controle compartilhado com a Omega Desenvolvimento de Energia S.A. com participação de 51%. A partir de 1º de julho de 2018, a OMC passou a ser classificada contabilmente como *Joint Venture*, conforme mencionado na Nota 4(iv).

A partir de nova estrutura de governança e plano de negócios em 2018, a OMC ingressou no mercado de *trading* de energia, visando assumir as posições de mercado relacionadas à variação do preço da energia elétrica, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos.

As operações de *trading* compreendem posições *forward*, com vencimentos entre os anos de 2019 a 2021. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda e a OMC tem certa flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A controlada em conjunto reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018 a posição *forward* em aberto totalizava 10,7MW médios, resultando no reconhecimento do valor justo, líquido do PIS e COFINS, de R\$ 11.126.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2018	Demonstrações de resultados	2018
Total do ativo	78.613	Receita operacional líquida	212.128
Caixa e equivalentes	15.799	Compra de energia	(209.497)
Clientes	52.649	MTM posições <i>forward</i> de energia	11.126
Outros ativos	10.165	Lucro bruto	13.757
		Despesas operacionais	(3.671)
Total do passivo	78.613	Resultado financeiro líquido	115
Fornecedores	61.441	Lucro antes do IRPJ e CSLL	10.201
Outros passivos	7.962	IRPJ e CSLL	(2.946)
Patrimônio líquido	9.210	Lucro líquido	7.255

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Notas Explicativas



A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 13.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

O saldo do ativo imobilizado da Controladora perfaz o montante de R\$2.991 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.176 em 2017) relativos equipamentos, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedades de terceiros, mantidos para desenvolvimento das atividades corporativas da Omega. Em função da baixa relevância do saldo, a Companhia está apresentado a composição e movimentação apenas para os saldos consolidados, conforme a seguir:

11.1 Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.382.048	147.350	189.847	2.569	13.476	2.735.290
Adições	6.538	-	4.653	(261)	16	10.946
Depreciação	(88.516)	(3.338)	(6.098)	-	(72)	(98.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.300.070	144.012	188.402	2.308	13.420	2.648.212
Custo histórico	2.548.393	160.941	205.067	2.308	13.888	2.930.597
Depreciação acumulada	(248.323)	(16.929)	(16.665)	-	(468)	(282.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.300.070	144.012	188.402	2.308	13.420	2.648.212

11.2 Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2017

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	424.605	103.019	44.443	-	12.710	584.777
Adições	11.481	-	468	201.696	1.594	215.239
Depreciação	(45.983)	(3.040)	(4.042)	135	(71)	(53.001)
Integralização e aquisição - OE&I1	397.469	-	5.030	1.591.864	108	1.994.471
Transferências	1.594.836	47.371	142.549	(1.791.488)	536	(6.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.382.408	147.350	188.448	2.207	14.877	2.735.290
Custo histórico	2.541.807	160.940	198.593	2.207	15.697	2.919.244
Depreciação acumulada	(159.399)	(13.590)	(10.145)	-	(820)	(183.954)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.382.408	147.350	188.448	2.207	14.877	2.735.290

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização expressiva de juros ao ativo imobilizado.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 14.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

O valor contábil dos ativos decorrentes da provisão de descomissionamento em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 492 (R\$319 em 2017). A Companhia estima que os custos seriam realizados dentro de aproximadamente 50 anos, no momento do vencimento da autorização, e calcula a provisão utilizando o método de fluxo de caixa descontado ao valor presente com base em estimativas internas de custos a incorrer.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2018 são as seguintes:

Notas Explicativas



UGC	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Taxa de depreciação	
			Edificações	Móveis e utensílios
UGC Indaiás	3,1%	2,1%	2,1%	-
UGC Gargaú	5,0%	-	4,7%	10,3%
UGC Delta 1	4,6%	-	3,3%	9,3%
UGC Serra das Agulhas	3,0%	2,0%	3,2%	10,3%
UGC Delta 2	4,1%	-	3,4%	7,5%
UGC Delta 3	4,2%	-	1,4%	1,3%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou autorizações governamentais.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo intangível está descrito na Nota 13.

Os intangíveis relacionados aos contratos de venda de energia elétrica são amortizados pelo prazo de 20 anos. Os direitos de autorização são amortizados pelo prazo legal, geralmente 35 anos, estendidos por mais 20 anos quando a Companhia possui o direito adquirido de renovar as autorizações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os ativos intangíveis da Companhia decorrem substancialmente de contratos de venda de energia e autorizações governamentais, adquiridos em combinações de negócios e foram reconhecidos com base em seu valor justo. A mensuração do valor justo na ocasião da aquisição envolve alto grau de estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas, tais como disponibilidade de recursos naturais, preços de mercado, vidas úteis e a taxa de desconto que podem alterar significativamente o valor justo do ativo em seu reconhecimento inicial.

O saldo do ativo intangível da Controladora perfaz o montante de R\$376 em 31 de dezembro de 2018 (R\$522 em 2017) relativos a licenças de softwares e sistemas informativos. Em função da baixa relevância do saldo, a Companhia está apresentado a composição e movimentação apenas para os saldos consolidados, conforme a seguir:

12.1 Movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado				
	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Sistema de transmissão	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	384.446	67.609	6.985	1.185	460.225
Adições	-	-	-	212	212
Transferência	-	-	(6.427)	6.427	-
Amortização	(19.465)	(2.054)	(19)	(754)	(22.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	364.981	65.555	539	7.070	438.145
Custo histórico	389.313	71.655	622	9.724	471.314
Depreciação acumulada	(24.332)	(6.100)	(83)	(2.654)	(33.169)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	364.981	65.555	539	7.070	438.145

Notas Explicativas



12.2 Movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2017

	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Sistema de transmissão	Consolidado	
				Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	18.245	541	909	19.695
Adições	-	-	-	586	586
Baixas	-	-	-	(29)	(29)
Amortização	(4.867)	(1.368)	(7)	(298)	(6.540)
Integralização e aquisição (OE&I1 e (OE&2)	389.313	50.732	-	272	440.317
Transferência	-	-	6.451	(255)	6.196
Saldos em 31 de dezembro de 2017	384.446	67.609	6.985	1.185	460.225
Custo histórico	389.313	73.776	7.075	3.734	473.898
Depreciação acumulada	(4.867)	(6.167)	(90)	(2.549)	(13.673)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	384.446	67.609	6.985	1.185	460.225

Power Purchase Agreement – PPA: decorrem de intangíveis relativos aos contratos de longo prazo de comercialização de energia existentes na data da aquisição de OE&I2 conforme detalhado na Nota 5.

Direitos de autorização: relativos a intangíveis dos complexos Indaiás, Gargaú e OE&I2 decorrentes de autorizações governamentais para a operação dos parques adquiridos. Em 2017 houve a adição decorrente da aquisição de OE&I2, conforme detalhada na Nota 5.

Sistemas de Transmissão: relativos aos direitos de servidão sobre as linhas dos complexos de Serra das Agulhas e Delta 3, adquiridos substancialmente em 2017 e transferidos do imobilizado em curso para o intangível.

Demais ativos intangíveis: relativos a licenças e softwares adquiridos para a condução normal dos negócios da Companhia.

13. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua UGC, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Notas Explicativas



Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia avaliou seus 3 segmentos de negócios agrupando os ativos de cada parque em UGCs independentes, listadas a seguir. Os ativos são aqueles descritos da Nota 6, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis de cada UGC e a sua margem operacional:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018				
UGC	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
UGC Indaiás	183.037	1.486	184.523	76%
UGC Gargaú	104.655	2.907	107.562	27%
UGC Delta 1	244.623	613	245.236	42%
UGC Serra das Agulhas	187.151	1.832	188.983	50%
UGC Delta 2	386.943	813	387.756	56%
UGC Delta 3	1.538.800	418.342	1.957.142	53%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional positiva. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessas UGCs para auferir o seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração de cada empreendimento, bem como taxas de desconto que variam de 5,73% a.a. até 7,22% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções, das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros de cada UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização de suas UGCs. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Em 2018 a Companhia adicionou ao seu portfólio a UGC Pirapora, que contempla o investimento em parques solares, adquirido em 07 de dezembro de 2018. Ao realizar a contabilização do preço de aquisição, a Companhia levou em consideração o valor recuperável desses ativos adquiridos, concluindo não haver evidências para perdas ou não reconhecimento de ativos na data da aquisição. O detalhamento dos ativos adquiridos está na Nota 5.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

14.1 Composição do saldo

Notas Explicativas



	Passivo circulante		Passivo não circulante		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	Total 2017
Contratos BNDES	88.409	104.816	1.550.545	1.540.916	1.638.954	1.645.732
Debêntures	21.693	32.290	214.503	228.644	236.196	260.934
Notas promissórias	-	-	254.999	-	254.999	-
	110.102	137.106	2.020.047	1.769.560	2.130.149	1.906.666
Custo de transação	(2.234)	(1.626)	(18.905)	(22.311)	(21.139)	(23.937)
Total	107.868	135.480	2.001.142	1.747.249	2.109.010	1.882.729

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2018	2017
UGC Indaiás	BNDES	Junho/2023	mensal	TJPL + 2,51% a 2,71% Subcrédito	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	58.968	71.590
UGC Gargaú	BNDES	Maio/2027	mensal	TJLP + 2,34% a 5,5%	Conta reserva, alienação do ativo e ações	38.215	42.831
UGC Delta 1	BNDES	Outubro/2030	mensal	TJLP + 2,18%	Conta reserva, alienação do ativo e ações	164.228	177.023
UGC Serra das Agulhas	BNDES	Julho/2037	mensal	TJLP + 2,02%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	106.214	111.333
UGC Delta 2	BNDES	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,18% a 2,48%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	278.689	280.943
UGC Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,37%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	33.720	38.152
UGC Delta 3	BNDES	Março/2034	mensal	TJLP + 2,32%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	992.640	962.004
UGC Delta 3	Debêntures	Dezembro/2029	semestral	IPCA + 7,10%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	202.476	222.790
Corporativo	Notas promissórias	Setembro/2021	Parcela única no vencimento	CDI + 1,7% a 1,9%	Fiança bancária e dividendos	254.999	-
						2.130.149	1.906.666

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de 7,46 anos e 9,29% a.a.

14.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora			Total
	Principal	Encargos	Custo de transação	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Captações	250.000	-	(1.574)	248.426
Encargos financeiros provisionados	-	5.008	-	5.008
Amortização de custo de transação	-	-	161	161
Saldos em 31 de dezembro de 2018	250.000	5.008	(1.413)	253.595

	Consolidado			Total
	Principal	Encargos	Custo de transação	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.899.168	7.498	(23.937)	1.882.729
Captações	276.189	-	(1.574)	274.615
Reembolso pela negociação contratual (i)	11.276	-	-	11.276
Pagamento de principal	(104.174)	-	-	(104.174)
Encargos financeiros pagos	-	(140.327)	-	(140.327)
Encargos financeiros provisionados	-	180.616	-	180.616
Amortização de custo de transação	-	-	4.275	4.275
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.082.459	47.787	(21.236)	2.109.010

- (i) Em 6 de setembro de 2018 a Companhia concluiu uma renegociação com o BNDES de seus financiamentos na UGC Delta 2 para alterar o sistema de amortização da modalidade SAC para PRICE, com efeitos retroativos a junho de 2017. Esse recálculo resultou no reembolso à Companhia do diferencial de cálculo dessas modalidades e respectivo incremento do saldo devedor.

As captações do exercício são compostas por R\$ 250.000 da Nota Promissória emitida para aquisição de Pirapora e o restante decorre de liberações finais nos contratos de financiamento com o BNDES no Complexo Delta 3.

Notas Explicativas



Em 28 de setembro de 2018 a Companhia assinou Nota Promissória Comercial, pela Controladora, para captação de R\$ 250.000, sendo a Serie 1 no montante de R\$ 83.000, com vencimento em setembro de 2020, remunerados ao CDI + 1,70% ao ano e a Serie 2 no montante de R\$ 167.000, com vencimento em setembro de 2021, remunerados ao CDI + 1,90% ao ano. Ambas as Notas, incluindo os valores de juros incorridos, serão liquidadas em parcela única no vencimento. O custo dessa transação foi de R\$ 1.574. Os *covenants* financeiros especificam que: (i) o "Índice Financeiro" (Dívida líquida sobre EBITDA) não pode exceder 6 vezes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020 e (ii) O "Índice de Capitalização" (Patrimônio líquido sobre ativo total) deverá ser maior ou igual a 30%.

14.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2019	94.024	182.133	276.157
2020	180.761	206.033	386.794
2021 a 2023	486.749	668.769	1.155.518
2024 a 2026	376.656	629.030	1.005.686
2027 a 2029	420.975	483.915	904.890
2030 a 2031	251.622	68.599	320.221
Após 2031	298.350	31.051	329.401
	2.109.137	2.269.530	4.378.667

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, inflação e dos juros contratuais.

14.4 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 14.1): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

14.5 Covenants Financeiros

As UGCs do Grupo e a Companhia estão sujeitos a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para as UGCs e Índice de Capitalização (ICP) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA) para a Companhia. O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos em 31 de dezembro do grupo por UGC:

	ICP	ICSD	Índice financeiro
UGC Indaiás	≥ 25%	≥ 1,3	N.A.
UGC Gargaú	N.A.	≥ 1,3	N.A.
UGC Delta 1	N.A.	≥ 1,3	N.A.
UGC Serra das Agulhas	≥ 25%	≥ 1,2	N.A.
UGC Delta 2	≥ 25%	≥ 1,3	N.A.
UGC Delta 3	N.A.	≥ 1,3	N.A.
Controladora	≥ 30%	N.A.	a partir de 2019

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos *covenants*.

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de equipamentos	-	-	12.164	42.150
Fornecedores O&M e serviços gerais	776	2.224	14.312	11.838
Compra de energia	-	-	51.258	54.704
Contas a pagar ACR	-	-	2.140	2.096
	776	2.224	79.874	110.788
Apresentados no passivo:				
Circulante	776	2.224	67.010	95.173
Não circulante	-	-	12.864	15.615

Fornecedores de equipamentos (curto e longo prazos): decorrem do saldo de pagamentos pós *completion* de aerogeradores e serviços de construção civil do parque eólico relacionado à UGC Delta 1.

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1, a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 8.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**Política contábil**

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos resultados ("PPR") tendo como base contribuições das equipes e das UGCs e o desempenho global da empresa através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentados a seguir

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações trabalhistas				
Salários e encargos	1.534	456	1.701	757
Provisões trabalhistas	6.939	8.620	7.515	14.042
Obrigações tributárias				
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	5.292	6.930
Impostos a pagar	18	83	6.908	2.211
Tributos retidos sobre terceiros	5	42	623	1.009
	8.496	9.201	22.039	24.949

Notas Explicativas**17. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Redução de capital a pagar	-	-	-	20.000
Acordo judicial	-	-	-	14.135
Ressarcimento por desconstratação de energia	-	-	-	3.679
Dividendos	-	10.684	261	12.182
Partes relacionadas	5.436	615	9.896	2.440
GSF	-	-	-	1.799
Adiantamento de clientes	-	-	5	1.220
Provisão para descomissionamento	-	-	-	492
Serviços	629	3.325	3.979	3.325
Provisões diversas	383	-	2.550	-
Outros	-	237	1.135	5.454
	6.448	14.861	17.826	64.726
Apresentados no passivo:				
Circulante	6.448	14.861	14.642	63.499
Não circulante	-	-	3.184	1.227

Ressarcimento por desconstratação de energia: valor a pagar às distribuidoras de energia decorrente do processo de desconstratação bilateral (transferência do contrato do ACR para ACL) realizada em 2017, relativa a energia a ser comercializada em 2018, conforme resolução ANEEL no. 711/16.

GSF: valores a pagar decorrente das usinas participantes do MRE, conforme mencionado na Nota 3.

18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**Política contábil**

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

Notas Explicativas



O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	75.483	131.880
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(25.664)	(44.839)
Adições (exclusões) de natureza permanente	-	94
Equivalência patrimonial	3.097	1.220
Ganho por compra vantajosa	-	20.951
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa	(26.119)	(10.733)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	23.413	13.081
Outros	(179)	1.462
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(25.452)	(18.764)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	33,72%	14,2%

18.1 Saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2018	2017
Entidades legais com passivos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	9.084	9.263
Diferença na tributação pelo regime de caixa e competência	(5.830)	-
Base de depreciação incentivada	(24.161)	(21.327)
Passivo fiscal diferido, líquido	(20.907)	(12.064)

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo estão registrados na controlada Gargaú e decorrem de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria. A expectativa para sua realização está apresentada na tabela a seguir:

Ano	Crédito consumo - R\$
2019	1.415
2020	1.519
2021	1.604
2022	1.706
2023	1.750
2024	1.090
Total	9.084

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivo foi constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil - RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social nos valores de R\$204.371, correspondente a um crédito fiscal de IRPJ e CSLL de R\$69.486, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

Notas Explicativas



19. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada por um grupo de fundos de investimentos, geridos discricionariamente pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações no bloco de controle da Companhia.

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da Companhia e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon, envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

19.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

19.1.1 Controladora

	2018			Controladora 2017		
	Dividendos a receber	Ativo circulante Outros créditos	Passivo circulante Outras obrigações	Dividendos a receber	Ativo circulante Outros créditos	Passivo circulante Outras obrigações
UGC Indaiás	5.411	2.592	197	13	1.099	-
UGC Delta 1	3.829	195	186	161	1.221	-
Comercializadora (OMC e OMCG)	-	2.026	275	-	558	-
Asteri (UGC Gargaú e Pipoca)	495	1.986	1.823	2.825	1.577	-
UGC Serra das Agulhas	-	141	210	-	1.206	-
UGC Delta 2	3.083	807	87	-	1.502	-
UGC Delta 3	2.650	851	468	-	3.058	101
Grupo Omega Desenvolvimento	-	4.468	2.190	-	4.104	-
	15.468	13.066	5.436	2.999	14.325	101

O saldo a pagar de dividendos é de R\$10.037, conforme Nota 20.

19.1.2 Consolidado

	2018				Consolidado 2017		
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante		Passivo circulante
	Dividendos	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Dividendos a receber	Outros créditos	Outras obrigações
Pipoca	1.190	2.046	2.099	740	839	1.352	74
Grupo Omega Desenvolvimento	-	12.995	-	3.217	-	10.754	-
OMC	-	2.944	37.029	5.939	-	-	-
Fundo DEV FIP III e Lambda 3	-	-	-	-	-	-	20.000
	1.190	17.985	39.128	9.896	839	12.106	20.074

O saldo consolidado a pagar de dividendos é de R\$10.298, que inclui o valor de R\$10.037 da controladora, somado ao dividendo para acionistas não controladores de Asteri no valor de R\$261.

19.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

Notas Explicativas



19.2.1 Controladora

	Controladora	
	2018	2017
	Administrativas, pessoal e gerais	Administrativas, pessoal e gerais
UGC Indaiás	1.271	859
UGC Delta 1	1.553	865
Comercializadora	2.510	250
UGC Gargaú	1.033	817
Pipoca	613	521
UGC Serra das Agulhas	982	591
UGC Delta 2	1.498	985
UGC Delta 3	3.116	1.467
Grupo Omega Desenvolvimento	4.832	-
Total	17.408	6.355

19.2.2 Consolidado

	Consolidado	
	2018	2017
	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais
Pipoca	910	(685)
Grupo Omega Desenvolvimento	(3.062)	(5.347)
	(2.152)	(6.032)

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia à fianças e garantias apresentadas na Nota 14.

19.3 Remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A tabela a seguir apresenta a remuneração total estabelecida para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia, conforme aprovada em Assembleia de acionistas realizada em 27 de abril de 2018:

	2018	2017
Salário	3.662	4.304
Benefícios diretos e indiretos	91	81
Remuneração variável	3.825	7.268
	7.578	11.653

Há também o seguro de D&O que tem cobertura sobre custos de defesa, acordos judiciais e extrajudiciais, além de indenizações, tais coberturas se estendem aos conselheiros, diretores e gerentes ou qualquer outra pessoa física com poder de gestão dentro da companhia.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração os acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

Notas Explicativas



20.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$1.754.463, representado por 117.800.185 ações ordinárias.

O capital social autorizado é de até R\$ 3.000.000. O capital social atual poderá ser aumentado até esse limite independentemente de reforma do estatuto social, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

A composição acionária da Companhia é apresentada no quadro a seguir:

	Ações em 2018	%	Ações em 2017	%
BJI Income Fundo de Investimento em Participações	26.202.293	22,24	26.202.293	22,24
Sampi Energia S.A.	5.128.205	4,35	5.128.205	4,35
Bluefin	512.795	0,44	512.795	0,44
Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações	35.281.489	29,95	35.281.489	29,95
Lambda3 Fundo de Investimento em Participações Multiestatégia	5.728.168	4,86	5.728.168	4,86
GAP Prudential LT Gestão de Recursos Ltda.	6.920.837	5,88	6.920.837	5,88
Atmos Capital Gestora de Recursos Ltda.	6.097.351	5,18	-	-
Demais acionistas	31.929.047	27,10	38.026.398	32,28
	117.800.185	100	117.800.185	100

20.2 Movimentação do capital social no exercício

Não houve movimentação no capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

20.3 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2018 é a seguinte:

Proposta da Administração	2018
Resultado do período	41.886
(-) Reserva legal 5%	(2.094)
(=) Lucro líquido ajustado	39.792
Destinação dos resultados	
Constituição de reserva de lucros a realizar (i)	9.948
Constituição de reserva estatutária para investimentos	29.844

(i) O montante de R\$ 9.948 correspondente ao dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício será destinado à reserva de lucros a realizar, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 63, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia.

20.4 Custo com captação de recursos

O saldo da rubrica de custo com captação de recursos refere-se substancialmente a captação de recursos por intermédio da emissão de ações da Companhia decorrente do processo de IPO ocorrido em 2017.

Notas Explicativas



20.5 Reserva especial de Ágio – Instrução CVM 319

Proveniente do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda. E Hure Holding S.A., ocorrido em 30 novembro de 2012. A Companhia não utilizou o benefício fiscal desde sua origem, pois vem apurando prejuízo fiscal, impedindo a capitalização dessa reserva ao capital.

20.6 Opções e ações outorgadas reconhecidas

A Companhia mantinha no patrimônio líquido o montante de R\$ 10.851 relativo ao valor justo de opções outorgadas em favor de colaboradores participantes de um plano de remuneração baseada em ações mantido pela Companhia. Esse montante foi revertido em 2017 com o cancelamento das opções.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas¹ informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Consolidado			
	R\$	2018 MWh	R\$	2017 MWh
Vendas no ACR				
Vendas Proinfa	23.551	51.155	34.376	77.340
CCEAR	9.698	60.746	195	2.821
LER	29.237	129.093		
Vendas no ACL	696.509	2.521.957	426.383	2.165.382
Contabilização CCEE	28.252	415.914	124.375	370.908
Partes relacionadas	10.170	51.460	8.020	36.286
Impostos	(55.394)		(47.235)	
	742.023	3.230.325	546.114	2.652.737

¹ As perdas elétricas associadas ao transporte da energia elétrica no SIN, por meio da Rede Básica, provocam um desequilíbrio entre a produção e o consumo total de energia coletada pela CCEE.

Notas Explicativas**22. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS**

	Consolidado	
	2018	2017
Compra de energia	(298.076)	(282.782)
Depreciação e amortização	(119.783)	(52.938)
O&M	(32.237)	(26.553)
Encargos regulatórios	(17.906)	(11.201)
Crédito de PIS e Cofins sobre custos	29.264	30.057
Outros	(2.999)	(1.911)
	(441.737)	(345.328)

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas de pessoal, geral e administrativa	(12.925)	(10.095)	(26.497)	(20.556)
Depreciação e amortização	(256)	(5.633)	(533)	(6.703)
Programa de remuneração baseado em ações	(7.450)	-	(7.450)	-
Outras	(2.001)	(1.712)	(5.933)	(6.549)
	(22.632)	(17.440)	(40.413)	(33.808)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	18.497	11.223	27.880	18.124
Outras receitas	1	99	12	927
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(860)	(526)	(1.018)	(730)
	17.638	10.796	26.874	18.380
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.008)	(419)	(180.616)	(90.517)
Capitalização de juros sobre empréstimos	-	-	-	3.201
IOF	(2)	(132)	(394)	(404)
Comissão sobre fiança	-	-	(36.829)	(13.990)
Custo de transação	(161)	-	(4.275)	(1.442)
Atualização monetária de acordos com fornecedores	-	-	-	(6.002)
Outras despesas	(208)	(639)	(2.152)	(10.048)
	(5.379)	(1.190)	(224.266)	(119.202)
Resultado financeiro líquido	12.259	9.606	(197.392)	(100.822)

Notas Explicativas**25. RESULTADO POR AÇÃO**

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findo em 31 de dezembro 2018 e 2017:

	Controladora	
	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	41.886	100.379
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	117.800	55.853
Lucro por ação básico (em Reais)	0,3556	1,7972
Numerador		
Lucro líquido do exercício	41.886	100.379
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	119.512	55.853
Lucro por ação diluído (em Reais)	0,3505	1,2614

No cálculo do lucro por ação diluído a Companhia considerou o efeito dilutivo das opções de compra de ações no total de 2.009.370 opções em 31 de dezembro de 2018.

Em 2017, o efeito dilutivo das opções de compra de ações tiveram seu efeito considerado até o cancelamento dessas opções em 12 de maio de 2017.

26. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES**Política contábil**

Opções outorgadas a empregados são contabilizadas ao valor justo a partir da data de outorga. A despesa é reconhecida mensalmente no resultado pelo período de aquisição do direito de exercício (*vesting period*) em contrapartida de um aumento no patrimônio líquido se a liquidação da operação for realizada em ações. Se for realizada em dinheiro, é reconhecido um passivo financeiro.

O valor de mercado das opções é mensurado pelo valor justo com base no modelo de Black-Scholes considerando as informações observáveis no mercado.

Quando a Companhia cancela opções outorgadas há a contabilização de uma despesa imediata relativa ao montante que seria reconhecido como serviços ao longo do período remanescente da aquisição de direito. Se o direito ao exercício já estava totalmente adquirido, a Companhia não reconhece qualquer despesa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao estimar o valor justo da remuneração baseada em ações é necessário atribuir valor para opções outorgadas pela Companhia aos colaboradores. A Companhia utiliza o modelo matemático de *Black&Scholes* para precificação de opções, que requer a utilização de premissas relacionadas ao preço das ações, volatilidade, taxa de juros livre de risco, entre outras. Variações nessas premissas podem distorcer substancialmente o valor justo a ser auferido quando da outorga de opções aos colaboradores.

Na AGE de 12 de maio de 2017, foi aprovado o segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia. O plano contempla alguns membros da diretoria, empregados que exercem função gerencial e demais empregados, que podem comprar opções outorgadas pela Omega mediante o pagamento de um prêmio a ser estabelecido no momento da outorga. As opções a serem outorgadas possuem um período de *vesting* para seu exercício e, quando exercidas, dão direito ao colaborador em adquirir ações a serem emitidas pela Omega por um determinado preço a ser estabelecido no momento da outorga. As ações adquiridas pelos colaboradores no âmbito do programa somente poderão ser alienadas em um prazo de 2 anos.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia outorgou 2.009.370 opções, conforme a seguir:

	Data	Preço da opção R\$/opção	Preço de exercício R\$/ação	Total de opções outorgadas
Opções outorgadas				
1º Programa	02/01/2018	1,36	12,61	1.252.377
2º Programa	31/03/2018	1,37	12,73	756.993
Total				2.009.370

As opções outorgadas possuem *vesting period* de 6 meses, podendo ser exercidas pelo período de 2 anos após se tornarem exercíveis. O preço de opção da outorga foi determinado com base na estimativa do valor justo da opção à época da aprovação do plano de outorga em AGE, época em que a Companhia não possuía suas ações negociadas na bolsa de valores. De acordo com as regras contábeis, o valor justo da despesa a ser reconhecida deve ser estimado na data da outorga das opções e foi calculado considerando premissas observáveis de mercado nessa data. A Companhia utilizou o modelo matemático de *Black&Scholes*, resultando no valor justo médio das opções de R\$5,07/opção. A despesa com a remuneração totalizou R\$7.450, resultante do valor justo das opções, líquido do preço pago pelo participante do programa, multiplicado pelo número de opções outorgadas aos colaboradores da Companhia pelo período incorrido de *vesting*. A contrapartida da despesa foi a conta de reserva de capital no patrimônio líquido, uma vez que o programa será liquidado em ações.

O valor recebido a título de prêmio pelas opções emitidas, no valor de R\$2.424, foi registrado diretamente no patrimônio líquido, somado ao valor justo reconhecido no programa.

27. COMPROMISSOS**Política contábil**

A Companhia participa de transações de arrendamentos mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e a Omega não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Os pagamentos relativos aos arrendamentos de terras são reconhecidos no resultado como custo da operação pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

27.1 Contratos de arrendamentos

Durante o exercício de 2018, o montante de R\$4.330 (R\$3.096 no exercício de 2017) relativo aos arrendamentos de terrenos foi reconhecido no resultado, na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados em termos reais de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	UGC Gargaú	UGC Delta 1	UGC Delta 2	UGC Delta 3	Total
2019	512	893	1.301	1.421	4.127
2020	513	895	1.157	1.232	3.797
2021	512	893	1.103	1.218	3.726
2022	512	893	1.103	1.287	3.795
2023	512	893	1.102	1.287	3.794
Após 2024	3.130	19.424	27.844	31.013	81.411
Total	5.691	23.891	33.610	37.458	100.650

Notas Explicativas



27.2 Contratos de manutenção dos ativos (O&M)

A Companhia mantém contratos de longo prazo para a manutenção de seus ativos operacionais, destacando-se a manutenção dos aerogeradores ("WTG's - Wind Turbine Generators") e a manutenção dos sistemas auxiliares das usinas ("BoP"). Esses contratos determinam valores fixos anuais, crescentes de acordo com a curva da vida útil dos ativos, corrigidos monetariamente pelo IPCA, com prazos geralmente de 10 anos.

Os pagamentos futuros projetados em termos reais são apresentados a seguir:

	UGC Serra						
	UGC Indaiás	das Agulhas	UGC Gargaú	UGC Delta 1	UGC Delta 2	UGC Delta 3	Total
2019	1.464	733	2.979	1.397	4.470	8.929	19.972
2020	1.498	757	2.987	3.415	6.162	15.064	29.882
2021	397	736	2.604	2.148	6.668	20.257	32.770
2022	-	-	2.481	27	6.750	22.499	31.757
Após 2023	-	-	9.923	-	25.650	90.415	125.988
Total	3.319	2.225	20.974	6.988	49.700	157.163	240.369

27.3 Contrato para a transferência de ativos de Delta 5 e 6

O Conselho de Administração, após recomendação pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, em reunião realizada em 18 de dezembro de 2017 aprovou a celebração pela Companhia de o contrato para transferência de ativos de geração de energia, tendo como contraparte Omega Desenvolvimento Maranhão Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("DEV FIP Maranhão") e Omega Desenvolvimento II Fundo de Investimento em Participações ("DEV FIP II"), por meio do qual a Companhia, sujeito a determinadas condições precedentes, passou a deter opções de compra da totalidade das ações de determinadas holdings titulares e proprietárias de ativos de geração de energia eólica e solar ainda em fase de desenvolvimento e que participariam do Leilão A-4 de 2017 e do Leilão A-6 ("Leilões") e outorgou opções de venda de ações das referidas holdings a esses fundos.

O contrato tem como objeto a aquisição de projetos de geração de energia eólica e solar localizados no Estado do Maranhão e Piauí e tinha sua eficácia condicionada ao fato de um ou mais de um dos projetos sagrarem-se vencedores nos leilões dos quais foram participantes. Em 20 de dezembro de 2017, os projetos eólicos localizados no Maranhão, compostos por 2 empreendimentos (Delta 5) com capacidade instalada projetada de 54 MW e 2 empreendimentos (Delta 6) com capacidade instalada projetada de 54 MW, sagraram-se vencedores do Leilão A-6. O início da operação comercial ocorreu em janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, as opções decorrentes dos projetos eólicos vencedores do leilão estavam outorgadas, contudo, não estavam exercíveis em função de existirem condições precedentes ainda não cumpridas. De acordo com os termos do acordo, o preço a ser pago pela aquisição/venda obedece uma metodologia de fluxo de caixa descontado, a ser verificado quando as opções forem exercidas. Desta forma, o valor justo das opções de compra e de venda são idênticos, pois garantem as mesmas condições para as partes, não gerando a obrigação de registro contábil de um ativo ou um passivo na referida transação.

Em 28 de fevereiro de 2019 o Conselho de Administração aprovou a reorganização societária para incorporação desses ativos e consequente cancelamento das opções, conforme detalhado na Nota 32.

Notas Explicativas



28. PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Omega é parte envolvida em ações cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisão para contingência

Em 31 de dezembro de 2017, na esfera cível, havia uma arbitragem em que a Companhia configurava como autora e ré contra um fornecedor. A Companhia e o fornecedor pleiteavam valores relativos à danos e fornecimentos realizados no âmbito do contrato. Em janeiro de 2018, o caso foi julgado pelo tribunal arbitral, sendo a Companhia obrigada a liquidar parcialmente os valores demandados. O montante foi liquidado conforme informado na Nota 13.

Passivos contingentes

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada com possível, baseada nos pareceres jurídicos, não sofreram alterações relevantes quando comparado as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.235 (R\$9.666 em 31 de dezembro de 2017).

Natureza	Nº de processos	Valor envolvido	%
Ambiental	2	1.100	3
Cível – Geral	5	2.110	6
Imobiliário	13	342	1
Regulatório	7	28.772	80
Trabalhista	6	1.217	3
Tributário	15	2.368	7
Total	48	35.909	100

Conforme se infere da tabela, 80% dos valores envolvidos nos casos com prognóstico possível se refere a ações de cunho regulatório. Trata-se, no caso, de ações das quais a Companhia é parte juntamente a outras empresas do setor elétrico, as quais são conduzidas por associações de geradores de energia elétrica - ABRADEL e APINE, em específico.

Dentre os processos abrangidos pela tabela acima, a Administração aponta como relevante a ação em curso na 8ª vara federal ambiental e agrária da SJMA. Em 10 de julho de 2018, o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Maranhão, propôs Ação Civil Pública que discute o rito de licenciamento ambiental da Linha de Transmissão de 500 kV associada ao Complexo Delta 3, de titularidade da controlada Omega Energia e Implantação 2 S.A., especialmente no que se refere à adequação do estudo ambiental apresentado ao órgão licenciador. O pedido de antecipação de tutela formulado pelo autor da ação foi denegado tanto na 1ª quanto na 2ª instância. A Administração, junto com

Notas Explicativas



a análise dos assessores jurídicos, classificou o risco de perda como possível. O valor da causa é de R\$1.000.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

29.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	2018	2017	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	195.388	350.887	A
Caixa restrito	95.964	82.514	A
Clientes	185.931	210.056	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.109.010	1.882.729	A
Fornecedores	79.874	110.788	A

A – Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Notas Explicativas



Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

29.2 Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações do Omega estão ligados à variação das taxas de juros, conforme descrito na Nota 3.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras e dívidas a taxas de juros, na data de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI, TJLP e IPCA, foi definido o cenário provável para o ano de 2019 com taxa de 7,0% para o CDI, 6,75% para TJLP e 4,01% para o IPCA e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa/receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário, conforme detalhado abaixo:

Empréstimos e financiamentos							Consolidado
	Exposição em 31/12/2018	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Controladora	254.999	Variação do CDI	22.854	27.398	31.943	13.387	8.925
Indaiás	58.969	Variação TJLP	5.634	6.656	7.677	2.985	1.990
Gargaú	38.215	Variação TJLP	3.534	4.194	4.854	1.935	1.290
Delta 1	164.228	Variação TJLP	14.907	17.739	20.571	8.314	5.543
Delta 2	312.409	Variação TJLP	29.503	34.676	39.848	15.123	10.082
Serra das Agulhas	106.214	Variação TJLP	9.460	11.288	13.117	5.377	3.585
Delta 3	1.195.115	Variação TJLP	114.680	133.993	153.306	56.342	37.561
Total	2.130.149	Variação TJLP	200.572	235.944	271.316	103.463	68.976

Aplicações financeiras							Consolidado
	Indexador	Posição em 31/12/2018	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
CDI			6,98%	8,73%	10,47%	5,24%	3,49%
Aplicações financeiras	CDI	201.616	14.078	17.598	21.118	10.559	7.039
Fundos DI	CDI	95.964	6.701	8.376	10.051	5.026	3.350
Total		297.580	20.779	25.974	31.169	15.585	10.389

Posição líquida							Consolidado
		Posição em 31/12/2018	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Total		1.832.569	179.793	209.970	240.147	87.878	58.587

30. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aumento de capital com integralização de ações (OEI1, OEI2 e Asteri)	-	950.629	-	950.629
Cancelamento do programa de remuneração baseada em ações	-	10.851	-	10.851
Emissão de bônus de subscrição	-	15.995	-	15.995
Ajuste ao valor justo de ações emitidas	-	(95.733)	-	(95.733)
Intangível adicionado em aquisição de empresas	-	-	-	440.317
Imobilizado adicionado em aquisição de empresas	-	-	-	1.994.471
Empréstimos e financiamentos adicionais em aquisição de empresas	-	-	-	1.381.235
Remuneração baseada em ações (Nota 26)	7.450	-	7.450	-

Notas Explicativas**31. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS**

	Nota	2017	Fluxo de caixa	Captação de empréstimos e financiamentos	Juros pagos	Encargos financeiros	Outros	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.882.729	(92.898)	274.615	(140.327)	180.616	4.275	2.109.010
Outras obrigações	17	64.726	(48.195)	-	-	-	11.333	27.864
Opções de ações outorgadas reconhecidas	26	-	2.450	-	-	-	7.450	9.900
Total		1.947.455	(138.643)	274.615	(140.327)	180.616	23.058	2.146.774

32. EVENTOS SUBSEQUENTES**(i) Acordo de reorganização societária**

A Assembleia Geral Extraordinária, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2019, aprovou o acordo de reorganização societária que envolve a incorporação pela Companhia de Delta 5 e Delta 6, como resultado do cancelamento das opções oriundas do contrato para transferência de ativos de geração de energia, mencionado na Nota 27.

Em decorrência desse acordo, a Companhia incorporará as holdings que detém o controle dos complexos de Delta 5 e a Delta 6, assumindo o controle de suas operações a partir de 2019, emitindo 18.788.469 novas ações.

(ii) Alteração de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

No dia 30 de janeiro de 2019 o Conselho de Administração elegeu a Srta. Andrea Sztajn para os cargos de Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores, os quais cumulará, para o restante do prazo de gestão atualmente em curso.

(iii) Primeira emissão de Debêntures da Omega

No dia 30 de janeiro de 2019 o Conselho de Administração aprovou a primeira emissão de debêntures da Omega Geração S.A. A emissão terá valor total de até R\$ 775 milhões distribuídos pelo Banco BTG Pactual S.A. e pelo BB Banco de Investimentos S.A., sendo R\$ 750 milhões sob regime firme de colocação e R\$ 25 milhões sob regime de melhores esforços. A emissão proporcionará uma importante criação de valor para a Companhia dada a boa margem entre o custo marginal de financiamento e o retorno marginal derivado das aquisições anunciadas.

* * *

Notas Explicativas



GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Carlos Reis de Magalhães Neto
Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Alexandre Tadao Amoroso Suguita
Gustavo Barros Mattos
Kristian Schneider Huber
Eduardo de Toledo
Gustavo Rocha Gattass
Ivan Guetta

COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

Eduardo de Toledo
Kristian Schneider Huber
Walter Iorio

COMITÊ DE OPERAÇÕES COM ATIVOS DE PARTES RELACIONADAS

Eduardo de Toledo
Gustavo Rocha Gattass
Andrea Sztajn

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Andrea Sztajn
Thiago Trindade Linhares

Leandro Nunes de Souza Silva
Contador
CRC 1SP266342/O-5

* * *

Proposta de Orçamento de Capital



OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06

NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019

Proposta da Administração

Anexo V

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DO ORÇAMENTO DE CAPITAL DA OMEGA GERAÇÃO S.A. PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

A administração da Omega Geração S.A. ("Companhia") propõe que o orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2019 totalize o montante de R\$ 35.695.114,23 (trinta e cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, cento e quatorze reais e vinte e três centavos), assim distribuídos:

Orçamento de capital para o exercício de 2019	
Equipamentos	R\$19.662.199,86
Compromissos de infraestrutura	R\$4.831.355,79
Manutenção	R\$645.000,00
Projetos sociais	R\$2.218.216,83
Recuperação de áreas	R\$950.016,00
Tecnologia da informação	R\$7.025.445,74
Certificação de curva de potência	R\$362.880,00
Total do orçamento de capital	R\$35.695.114,23

Estes desembolsos serão realizados com os lucros retidos na "Reserva de Lucros para aquisição de ativos e/ou sociedades, reforço de capital de giro e programas de recompra de ações", prevista no art. 63, VI, do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$ 24.884.142,62 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos), e na "Reserva para Investimentos", nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, e no art. 63, VII, do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$ 10.810.971,61 (dez milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos).

Quadro resumo de fontes e usos	
Fontes	
Reserva de Lucros para aquisição de ativos e/ou sociedades, reforço de capital de giro e programas de recompra de ações	R\$ 24.884.142,62
Reserva para Investimentos	R\$ 10.810.971,61
Total das fontes	R\$35.695.114,23
Usos	
Investimentos	R\$35.695.114,23
Total dos usos	R\$35.695.114,23

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Omega Geração S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Omega Geração S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Aquisição de Joint Venture

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida, quando da conclusão da aquisição de uma joint venture, a mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia determinou, como consequência da aquisição do Complexo Pirapora, o valor justo dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados no montante total de R\$549.424 mil, conforme divulgado na nota explicativa 5.1.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade e julgamento na preparação das projeções de geração de caixa elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros utilizadas para mensuração de ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e, conseqüentemente, do valor do ágio auferido.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de fluxo de caixa e mensuração do valor justo dos ativos identificados; analisamos as projeções para valorização dos ativos e passivos adquiridos preparadas pela Administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Avaliamos ainda se as informações consideradas foram derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação a

combinação de negócios.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos valores adquiridos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração no processo de avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.1.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

OMEGA GERAÇÃO S.A.
(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06
NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco ("Comitê") é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da OMEGA GERAÇÃO S.A. ("Conselho de Administração" e "Companhia", respectivamente), com o escopo de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna - quando implantada -, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê se basearam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Os membros do Comitê são eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a nomeação de seus membros, inicial e de cada mandato, ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a assembleia geral da Companhia que deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração. O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, devendo ter em sua composição: (i) ao menos, 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, que não poderá participar da diretoria da Companhia; (ii) ao menos, 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária ("Especialista em Contabilidade"); e (iii) a maioria de seus membros independente. O mandato dos membros do Comitê é de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período. Tendo exercido mandato por qualquer período, os membros do Comitê só poderão voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2018, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) arquivada na CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 21 de março de 2019, contendo opinião sem ressalvas.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2018

O Comitê reuniu-se 5 vezes no ano de 2018. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- Acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia.
- Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações contábeis da Companhia, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- Realização de reuniões periódicas com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias realizadas e propostas para fortalecimento dos controles internos da Companhia;
- Reuniões com os Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes, para discussão dos ITRs submetidos a sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria contendo a opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados;

Conclusão

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais previstas no Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e a análise:

(i) das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes; (ii) do relatório anual da administração e (iii) da proposta de destinação do resultado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Desta forma, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima citados pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 21 de março de 2019.

Kristian Schneider Huber Eduardo de Toledo

Walter Iorio

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

OMEGA GERAÇÃO S.A.
(companhia aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06
NIRE 3130009310-7 | Código CVM 23426

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco da OMEGA GERAÇÃO ("Omega" ou "Companhia"), em conformidade com as atribuições previstas no art. 3.1. (e) do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, em reunião realizada em 21 de março de 2019 na sede da Companhia, examinou as Demonstrações Financeiras: Individual (controladora) e Consolidada (Omega e suas controladas) e as notas explicativas integrantes das mesmas, o Relatório Anual da Administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as propostas neles contidas, inclusive a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018. Com base nos exames efetuados e considerando-se ainda o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, datado de 21 de março de 2019, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia no decorrer do exercício, os membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco abaixo assinados concluíram por unanimidade, em consonância com o disposto no art. 25, § 1º, inciso IX, da ICVM 480, opinar favoravelmente quanto ao encaminhamento dos referidos documentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2018.

São Paulo, 21 de março de 2019.

Kristian Schneider Huber Eduardo de Toledo

Walter Iorio

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, os diretores executivos da Omega Geração S.A declaram que:

a) revisaram, discutiram e concordaram com demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de março de 2019

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho
Diretor Presidente

Andrea Sztajn
Diretora Financeira

Thiago Trindade Linhares
Diretor sem Designação Específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, os diretores executivos da Omega Geração S.A declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de março de 2019

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho
Diretor Presidente

Andrea Sztajn
Diretora Financeira

Thiago Trindade Linhares
Diretor sem Designação Específica